



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA**  
**CURSO DE GRADUAÇÃO EM LETRAS LIBRAS - BACHARELADO**

César Augusto Girke

**Atuação e papéis do intérprete educacional de Língua de Sinais**

Florianópolis/SC

2018

César Augusto Girke

## **Atuação e papéis do intérprete educacional de Língua de Sinais**

Trabalho apresentado à Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito para a conclusão do curso de Graduação Bacharelado em Letras LIBRAS.

**Professora Orientadora:** Dra. Rachel L. Sutton Spence

Florianópolis/SC

2018

## **AGRADECIMENTOS**

Quero agradecer a todos aqueles colaboraram com essa pesquisa de TCC. Minha esposa Ityara Aguiar da Silva P. Girke que me ajudou em todo o trabalho, desde a distribuição dos questionários, tabulação das respostas até os últimos detalhes; a professora orientadora Dra. Rachel Sutton Spence pelas orientações, conselhos e encaminhamentos; a professora doutoranda Priscila Vidal Festa pelo esclarecimento e auxílio no processo de construção do TCC e aos entrevistados que enriqueceram o trabalho com suas vivências.

## RESUMO

A LIBRAS - Língua Brasileira de Sinais foi reconhecida como língua oficialmente no Brasil muito recentemente, em 2002, pela Lei 10.436 e só teve sua regulamentação com o decreto 5626/05 e, posteriormente, a Lei 12.319/10. Com isso, as discussões sobre quais as atribuições conferidas aos profissionais intérpretes que atuam no âmbito educacional ganharam maior fervor. O objetivo desse trabalho é trazer reflexões sobre a atuação do profissional Tradutor intérprete de Língua de Sinais - TILS no processo de ensino-aprendizagem de alunos surdos na escola inclusiva, por meio de pesquisa bibliográfica e através da aplicação de um questionário para a coleta de dados. Através destes, pôde-se colher resultados de práticas vivenciadas por profissionais intérpretes que atuam nos estados de São Paulo e do Paraná e concluir que os TILS que atuam diretamente com os alunos surdos em sala de aula possuem funções específicas. No entanto, estes papéis ainda não estão muito claros para os participantes do processo, mostrando a relevância deste trabalho para a discussão deste tema tão importante para a educação de surdos no Brasil.

**PALAVRAS-CHAVE:** Intérprete. LIBRAS. Atribuição. Comunicação. Interpretação educacional.

## ABSTRACT

LIBRAS is a Brazilian Portuguese acronym that abbreviates what is known as Brazilian Sign Language. It was only in 2002 that LIBRAS was recognised as an official language in Brazil, according to Law 10.436 with regulation decree 5626/05, and subsequently by Law 12.319/10. Nevertheless, numerous discussions over its professional attributions have risen since, such as the use of LIBRAS by sign language interpreters within an educational context. The purpose of this research is, therefore, to bring forward diverse reflections on the performance of Brazilian Sign Language Translators and Interpreters (also known as TILS) within deaf students' learning processes in an integrated teaching environment. These performances were collected through bibliographic research, and the distribution of questionnaires. Results revealed that TILS professionals in the states of São Paulo and Paraná may have specific functional attributions when working with deaf students in the classroom. However, it still remains unclear as to how these attributions contribute to the overall TILS role. Hence, this research is crucial to expose the relevance and invoke a deeper discussion of this topic for the education of deaf pupils in Brazil.

**Keywords:** Interpreter. LIBRAS. Function. Communication. Educational interpreting.

## **RESUMO EM LIBRAS**

Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=WOz4I6UkyZ4&feature=youtu.be>

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

**TILS** – Tradutor intérprete de Língua de Sinais

**TILSP** – Bacharelado em Tradução e Interpretação em LIBRAS/Língua Portuguesa

**ILS** – Intérprete de Língua de Sinais

**IE** – Intérprete educacional

**FENEIS** – Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos

**FEBRAPILS** – Federação Brasileira das Associações dos Profissionais Tradutores e Intérpretes e Guia-intérpretes de Língua de Sinais.

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	9
<b>1 A FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO TRADUTOR INTÉRPRETE DE LIBRAS.....</b>	<b>12</b>
1.1 A formação do TILS prevista na legislação.....	14
1.2 A formação do TILS no curso de Letras Libras e a Certificação do Prolibras.....	16
1.3 O aperfeiçoamento profissional do TILS nos cursos de extensão e de formação continuada.....	21
1.4 O intérprete educacional e a formação acadêmica.....	22
1.5 O aspecto técnico da atuação do intérprete.....	23
<b>2 O TILS E SUAS ESPECIFICIDADES NO ÂMBITO EDUCACIONAL.....</b>	<b>25</b>
2.1 Funções do TILS em sala de aula.....	27
2.2 Especificidades na atuação do TILS educacional em diferentes níveis de ensino.....	30
<b>3 O TILS NO PROCESSO EDUCACIONAL DO ALUNO SURDO.....</b>	<b>33</b>
3.1 Competências necessárias ao intérprete educacional.....	34
3.2 A aprendizagem do aluno surdo e a “tríade” em sala de aula.....	36
3.3 Reflexões sobre neutralidade e imparcialidade na interpretação.....	43
<b>4 METODOLOGIA DA PESQUISA.....</b>	<b>46</b>
4.1 Introdução sobre metodologia adotada.....	47
4.2 Análise dos dados.....	50
4.2.1 Categoria 1: Competencias necessárias e funções atribuídas.....	50
4.2.2 Categoria 2: Formação inicial e continuada.....	53
4.2.3 Categoria 3: O TILS em sala de aula.....	56
<b>5 RESULTADOS ALCANÇADOS .....</b>	<b>58</b>
<b>6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>59</b>
REFERÊNCIAS.....	62
APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO.....	66
APÊNDICE B – CARTA CONVITE (TCLE).....	68



## INTRODUÇÃO

Essa pesquisa trata da atuação do tradutor e intérprete de Língua de Sinais (TILS) no processo de ensino-aprendizagem do aluno surdo. O panorama de ensino para a educação de surdos no Brasil passou por diversos avanços respeitando os direitos linguísticos dessa parte da população brasileira. De acordo com o Censo 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, estima-se que cerca de 5,1% da população brasileira são surdas, ou seja, cerca de 9 milhões de pessoas apresentam algum tipo de deficiência auditiva. (BRASIL, 2012).

Com a expansão destes direitos linguísticos, garantidos pela Lei nº 10.436 (BRASIL, 2002) e Decreto nº 5.626 (BRASIL, 2005), houve a necessidade da profissionalização do Tradutor e intérprete de Língua de Sinais (TILS), que foi regulamentada pela Lei nº 12.319 (BRASIL, 2010). Nesse contexto, a área que mais requer a atuação deste profissional é a educacional, com maior representação em escolas de ensino fundamental e médio do sistema público de ensino.

Embora a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, não apresente a obrigatoriedade de formação em licenciatura para a atuação do profissional intérprete, há a justificativa da importância e necessidade deste profissional ter formação acadêmica voltada para a área educacional, visto que os conhecimentos de didática e metodologias podem interferir, consideravelmente, no processo de aprendizagem do aluno surdo. (BRASIL, 2002)

O Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, em seu artigo 21 aponta que o intérprete deve atuar em todos os níveis e modalidades para “viabilizar o acesso à comunicação e à educação de alunos” e que este deveria atuar “nas salas de aula para viabilizar o acesso dos alunos aos conhecimentos e os conteúdos curriculares, em todas as atividades didático-pedagógicas; e no apoio à acessibilidade aos serviços e às atividades-fins das instituições de ensino” (BRASIL, 2002, parágrafos II e III).

Dessa forma, percebe-se que nessa primeira tentativa de regularizar a função do TILS em sala de aula (intérprete educacional) este ainda deixou o texto muito vago e livre para várias interpretações e brechas, sendo necessário um detalhamento mais específico para tal, visto que, “acesso à informação e à educação” pode ser feito de muitas formas diferentes e nem sempre de forma correta.

Sobre a temática da inserção e do envolvimento do intérprete educacional em sala de aula pode-se citar:

Pesquisas apontam que apenas a presença do intérprete em sala de aula não garante que uma educação de qualidade seja alcançada, uma vez que o preparo do docente e dos demais profissionais que trabalham na escola com a surdez; um conhecimento mínimo de LIBRAS; a presença de um surdo adulto que possa servir de referência identitária; o cuidado com as adaptações curriculares e metodológicas e o contato com outros alunos surdos são fundamentais para o desenvolvimento acadêmico, social e afetivo das crianças surdas incluídas (LACERDA, 2009, p. 17).

Mediante esta realidade, esta pesquisa busca responder a seguinte problematização: Quais são os aspectos presentes na atuação do TILS no processo de ensino-aprendizagem do aluno surdo?

Dessa forma, a hipótese que orienta este estudo é que o Tradutor Intérprete de Língua de Sinais, ou seja, o intérprete educacional de Língua de Sinais, por ser um profissional que atua diretamente com os alunos surdos em sala de aula, tem outras atribuições no processo de aprendizagem do aluno surdo que extrapolam a função comunicativa.

Sendo assim, o presente trabalho tem como objetivo geral discutir a atuação do TILS no processo de ensino-aprendizagem de alunos surdos na escola inclusiva. Os objetivos específicos são: apresentar as atribuições no processo de formação do profissional TILS, elencar as especificidades relacionadas ao intérprete educacional de Língua de Sinais e destacar a atuação do TILS como agente pedagógico no processo educacional.

Para embasar a pesquisa buscou-se por autores que falam sobre o profissional intérprete de forma geral e também os que tratam de algumas especificações de sala de aula, assim como as legislações vigentes que norteiam o trabalho do TILS e da educação de surdos, como Brasil (2002, 2005, 2010), Lacerda *et al.* (2003, 2009), Ampessan; Guimarães; Luchi (2013), Albres (2015), entre outros autores.

Para melhor apresentação da pesquisa realizada, o texto está dividido em três capítulos, em que cada um abrange uma vertente dos objetivos acima expostos.

No primeiro capítulo, intitulado “A formação profissional do Tradutor Intérprete de LIBRAS”, tem como objetivo apresentar as atribuições no processo de formação do profissional TILS, onde serão abordados assuntos como definição, legislação, formação e atuação técnica. Para embasar tais textos serão apresentados autores como Lacerda (2009),

Ampessam; Guimarães; Luchi (2013), documentos publicados pelo governo federal brasileiro (BRASIL, 2002, 2005, 2010), entre outros.

O segundo capítulo, “O TILS e suas especificidades no âmbito educacional”, tem como objetivo elencar as especificidades relacionadas ao intérprete educacional de Língua de Sinais. Neste, os temas abordados serão: a definição do assunto, formação do TILS e funções, referenciando teóricos como Lacerda *et al.* (2003) e Albres (2015).

O terceiro capítulo, intitulado como “O TILS como parte do processo educacional do aluno surdo”, traz como objetivo destacar a atuação do TILS como agente pedagógico no processo educacional. Aqui serão elencados as competências e responsabilidades, a tríade em sala de aula e algumas reflexões sobre neutralidade e imparcialidade na interpretação, baseado em autores como Quadros (2007), etc.

No quarto capítulo serão abordados os procedimentos metodológicos utilizados, assim como a análise dos dados coletados através de um questionário elaborado pelo acadêmico pesquisador. Para coleta dos dados foi utilizada documentação direta por meio de questionário estruturado. Como população de pesquisa definiu-se 10 profissionais intérpretes que atuam em escolas públicas de ensino fundamental e médio nos estados do Paraná e São Paulo, sendo eleitos por seu perfil profissional e o tempo de experiência de atuação no meio educacional e em outros contextos.

Ao final da pesquisa pretende-se que a mesma possa contribuir com a discussão de aspectos na formação dos profissionais intérpretes para atuarem no campo educacional e quais as formas da atuação deste para contribuir com o processo de ensino-aprendizagem do aluno surdo na escola inclusiva.

## 1 A FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO TRADUTOR INTÉRPRETE DE LIBRAS

O tradutor intérprete de Língua de Sinais (TILS) está adquirindo um status profissional cada vez mais crescente na sociedade atual. Para isto, faz-se necessário apresentar as atribuições no processo de formação do profissional TILS através de sua formação prevista na legislação, através do curso de Letras LIBRAS e a certificação pelo Prolibras, além de aperfeiçoamento por meio dos cursos para contribuir com sua atuação técnica.

Somente a partir da Lei nº 9.394, conhecida como Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996) e da Lei de LIBRAS, Lei nº 10.436 (BRASIL, 2002) as pessoas surdas passaram a participar de forma mais efetiva da vida em sociedade. Essa expansão de participação da comunidade surda e o reconhecimento da LIBRAS como língua de fato, trouxe a necessidade da garantia de acessibilidade por meio da profissionalização daquele que “sabia se comunicar com eles” (QUADROS, 2007, p. 13), geralmente os próprios familiares nas comunidades religiosas, sendo que:

a atuação no espaço religioso iniciou por volta dos anos 80. Os intérpretes advindos desse espaço para a inclusão tinham em si o mesmo intuito de “ajudar” o surdo, caracterizando assim, um desconhecimento da função do intérprete, impossibilitando, muitas vezes, de ver o surdo como um cliente que recebe um serviço (AMPESSAM; GUIMARÃES; LUCHI 2013, p. 12).

Historicamente, os intérpretes que começaram a atuar nas escolas foram os que migraram do contexto religioso (pelo fato da Língua de Sinais estar circulando neste ambiente anteriormente), os próprios familiares de surdos que já sabiam LIBRAS ou ainda aqueles que possuíam razoável fluência em Língua de Sinais e que tivesse experiência educacional (LACERDA, 2003, p. 122).

Essa característica histórica trouxe algumas consequências na atuação profissional deste na escola, visto que, tanto a família quanto igreja tinham uma visão mais assistencialista em relação à pessoa surda (AMPESSAM; GUIMARÃES; LUCHI, 2013). Por esta razão, a atuação do profissional TILS ainda traz algumas indagações sobre seu papel profissional e formação necessária.

Quadros (2007) cita a premissa que o intérprete deve dominar as duas línguas envolvidas em seu trabalho, no caso do nosso país, a Língua Portuguesa falada e escrita (norma culta) e a Língua Brasileira de Sinais. Contudo, não apenas conhecer as línguas de forma isoladamente, mas também como usá-las em seu dia-a-dia para poder transmitir os conteúdos das disciplinas ministradas pelo professor aos alunos em igualdade de condições,

conforme aponta a autora: “sua tarefa, contudo, torna-se mais complexa quando encara o cerne de seu trabalho: fidelidade ao texto original sem negligenciar a língua a qual pretende traduzir” (LACERDA, 2009, p. 8).

Em relação à formação profissional do intérprete, este ainda é um assunto muito discutido nas formações em geral e principalmente a formação do intérprete educacional de Língua de Sinais.

A formação do tradutor intérprete se dá de maneira geral, não abordando questões específicas da sala de aula. Por essa razão, muitos acreditam que é mais fácil atuar na sala de aula, por não haver alguém que “esteja vigiando o seu trabalho” ou “cobrando seu desempenho”, não há um grau de comparação e é um trabalho isolado visto que em cada escola geralmente há apenas um intérprete de língua de sinais. Porém sabe-se que é através da *performance* técnica e metodológica do intérprete educacional de Língua de Sinais que o aluno surdo terá realmente acesso ao conhecimento ministrado em sala de aula.

Não é possível admitir que apenas a presença do tradutor intérprete em sala de aula seja a garantia da acessibilidade ao aluno surdo, é preciso ainda se atentar ao profissional e ao desempenho dele na sala de aula, pois, conforme Lacerda (2009, p. 85), “não é possível permitir que os alunos surdos, frente às dificuldades de acesso aos conhecimentos que já enfrentam por sua condição linguística singular, sejam acompanhados por pessoas sem formação”, ou seja, os surdos não podem ser negligenciados em sua educação sendo acompanhados por qualquer pessoa minimizando o trabalho educacional do intérprete.

Como em qualquer outra área profissional, a área do tradutor e intérprete educacional de Língua de Sinais também deve ser revisada constantemente, visto que é necessário o constante aperfeiçoamento na LIBRAS, pois sempre surgem sinais novos, mudanças e variações linguísticas. Conforme aponta as autoras Lacerda e Bernardino (2010, p.78), “é urgente capacitar intérpretes para atuarem no espaço educacional, atentos às especificidades e às demandas de cada um dos níveis de ensino”.

Também é importante conhecer a comunidade surda para saber como aquele sinal ou aquele enunciado vai ser entendido pelo aluno surdo dentro de sua cultura, que é uma cultura visual (STROBEL, 2008).

Faz-se necessário destacar que o tradutor intérprete educacional de Língua de Sinais esteja sempre em capacitação continuada visto que a formação inicial muitas vezes não

contempla aspectos do trabalho em sala de aula. Sobre a formação do tradutor intérprete Pagura (2003 *apud* LACERDA 2009, p. 20) afirma:

A formação deve contribuir para que os alunos (futuros tradutores e intérpretes) percebam e analisem um texto para além das palavras, apreendendo seus sentidos. Obviamente os modos de realizar essa tarefa são diferentes para tradutores e intérpretes já que envolvem modalidades diferentes de línguas. Após a compreensão ampla da mensagem (percepção dos sentidos), é necessário que o aluno seja capaz de reproduzir a mensagem. Com o foco na manutenção dos sentidos originais, ainda na língua de origem, ele deve ser levado a depreender sentidos. Só então é que deve ser incentivado a reexpressar a mensagem na língua alvo, deixando a correspondência entre palavras e buscando a correlação de sentidos entre as línguas. Esse processo é semelhante tanto para tradutores que atuam sobre textos escritos quanto para intérpretes que atuam sobre segmentos orais. A essa vivência prática de modos de versar de uma língua para outra, se deve somar a formação teórica sobre as línguas, sobre aspectos linguísticos e culturais entre outros.

Assim, é necessária uma análise do processo de formação do tradutor e intérprete de Língua de Sinais para este ser um bom profissional no ramo educacional.

### 1.1 A FORMAÇÃO DO TILS PREVISTA NA LEGISLAÇÃO

A questão da formação profissional do tradutor intérprete de Língua de Sinais é um assunto relativamente novo, sendo mencionada na legislação apenas nas duas últimas décadas, ou seja, a partir de 2005 com o Decreto nº 5626 (BRASIL, 2005). Antes disso, não era falado sobre a profissionalização da interpretação para LIBRAS como mostra a autora Lacerda (2009, p.30) “até o Decreto nº 5.626, não se falava em formação específica para esse profissional em instituições de ensino, e essa tarefa estava reservada às associações de surdos”. Foi a partir dessa legislação que o trabalho do intérprete passou a ser visto com status de profissional e foi reconhecido como o mesmo nível de um intérprete e tradutor de outras línguas, como mostra a autora a seguir:

O artigo 17 afirma que essa formação do tradutor e intérprete de LIBRAS-língua portuguesa deve efetivar-se por meio de curso superior de tradução e interpretação, com habilitação em LIBRAS-língua portuguesa. Esse artigo indica o reconhecimento da profissão em igualdade com os tradutores e intérpretes de outras línguas e o reconhecimento da importância dessa formação ser realizada por meio de curso superior, até então pouco frequente na área. (LACERDA, 2009, p. 24)

O Decreto nº 5626 (BRASIL, 2005) em seu artigo 17 instrui que para atuar como tradutor e intérprete de LIBRAS, sua formação deve dar-se por meio de “curso superior de

tradução e interpretação com habilitação em LIBRAS - língua portuguesa”, ou seja, o curso de Bacharel em Letras LIBRAS; ofertado pioneiramente pela UFSC, conforme mostra a obra:

A formação de intérpretes de Língua de Sinais é algo recente em todo o mundo. Podemos ressaltar a iniciativa da Universidade Federal de Santa Catarina, com o curso de Letras LIBRAS – bacharelado, que especificou diretamente a formação do tradutor e intérprete de LIBRAS (AMPESSAM; GUIMARÃES; LUCHI 2013, p. 14)

Com a publicação do referido decreto, a profissionalização do intérprete em nível médio e sua regulamentação veio através da Lei nº 12.319 (BRASIL, 2010) “que exigiu apenas o ensino médio para este profissional” (ALBRES, 2015, p. 46), visto que o curso superior em Letras LIBRAS não era tão acessível ao público interessado em todas as cidades do Brasil, sendo que sua modalidade de ensino era semipresencial com encontros quinzenais em alguns polos de alguns estados do Brasil, deixando muitos interessados sem condições de participar de tais encontros.

Para sanar tal necessidade imediata, foram criados alguns cursos de educação profissional, cursos de extensão universitária ou de formação continuada promovida por instituições de ensino superior e instituições credenciadas por secretarias de educação (BRASIL, Decreto nº 5626, 2005, art. 18, parágrafos I, II e III).

Além dessas opções foi criado e mais utilizado a validação profissional através do ProLibras, que no decreto foi chamado de “Exame Nacional de Proficiência em tradução e interpretação de LIBRAS-Língua Portuguesa (art. 20). O decreto previa essa forma de avaliação para o período de 10 anos a partir da data de publicação, ou seja, 22 de dezembro de 2005.

Em 2010, o então presidente da república, Luiz Inácio Lula da Silva, sancionou a Lei nº 12.319 (BRASIL, 2010) que regulamentou a profissão de tradutor e intérprete da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS. A lei continha 10 artigos, dos quais 3 foram vetados. O texto previa a regulamentação do exercício, apontando questões como a formação profissional, as atribuições no exercício das competências e preceitos éticos da profissão.

Em relação à formação do profissional, a lei em seu artigo 4º atribuiu apenas o quesito em nível médio para a profissionalização do tradutor intérprete de LIBRAS realizado através de cursos de educação profissional, cursos de extensão universitária e cursos de formação

continuada promovidos por instituições de ensino superior e instituições credenciadas por secretarias de educação (BRASIL, Lei nº 12.319, 2010, incisos I, II e III).

A formação em nível médio foi o primeiro item a ser questionado, visto que “nos termos em que está regulamentada, causa desvalorização e insegurança na atuação do profissional”, como diz a própria justificativa do projeto de Lei nº 9.382 (BRASIL, 2017).

## 1.2 A FORMAÇÃO DO TILS NO CURSO DE LETRAS LIBRAS E A CERTIFICAÇÃO DO PROLIBRAS

Após a oficialização da Língua Brasileira de Sinais pela Lei nº 10.436 (BRASIL, 2002) a necessidade de tradutores intérpretes qualificados para garantir o exercício do direito linguístico dos surdos passou a ser uma necessidade ainda mais urgente. A medida adotada provisoriamente foi a certificação de instrutores e tradutores intérpretes por meio do exame ProLibras. Essa era apenas uma medida a primeiro plano, enquanto estava em elaboração cursos voltados para a formação de professores de LIBRAS e tradutores e intérpretes de Língua de Sinais em instituições de Ensino Superior.

A primeira turma pela UFSC teve início em 2006. A turma foi de Licenciatura e contou quase que exclusivamente com alunos surdos (em torno de 90% dos alunos). (CERNY; VILHALVA, 2014, p.10)

Em 2007, a UFSC sofreu uma ação por parte de alguns candidatos ouvintes reivindicando a formação também para os profissionais tradutores e intérpretes, uma vez que a Licenciatura dava prioridade aos candidatos surdos, observando o previsto no Decreto nº 5.626 (BRASIL, 2005) que estabelece que a formação de professores de LIBRAS deve ser dada aos surdos.

Com esse processo, a UFSC abre o Curso de Letras LIBRAS Bacharelado, atendendo a demanda da formação dos tradutores e intérpretes, que contou em sua grande maioria com alunos ouvintes. Este teve como seu objetivo qualificar profissionais para atuarem em concordância com o Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004, que "prevê o oferecimento de cursos de formação de professores e de tradutores intérpretes de Língua Brasileira de Sinais e Língua Portuguesa, sendo papel dos órgãos públicos implementá-los" (CERNY; VILHALVA, 2014, p.18)



O Curso do Letras LIBRAS desenvolveu suas aulas e seu material de apoio de forma visual. Os textos bases continham ilustrações que esclareciam a matéria explanada, além de aulas traduzidas para LIBRAS e videoconferências interpretadas por professores sinalizadores ou intérpretes. Dessa forma, durante todo período letivo a imersão dos acadêmicos pôde ser vista de forma intensiva. Todo o foco do curso foi baseado na junção da teoria com as experiências práticas, conforme mostra o texto a seguir sobre o bacharel ou licenciado:

deve ter uma base específica de conteúdos consolidada e estar apto a atuar: interdisciplinarmente, como multiplicador de conhecimentos, em áreas afins, apresentando capacidade de resolver problemas, tomar decisões, trabalhar em equipe e comunicar-se dentro da multi-interdisciplinaridade dos diversos saberes que compõem a formação universitária em Letras. Nesses contextos, o profissional deve ser capaz de aprofundar-se na reflexão teórica e crítica sobre temas e questões relativas aos conhecimentos linguísticos e literários, beneficiando-se de novas tecnologias para ampliar seu senso investigativo e crítico, investindo continuamente em seu desenvolvimento profissional de forma autônoma e em sua prática pedagógica (CERNY; VILHALVA, 2014, p. 21).

Dessa forma, o curso do Letras LIBRAS veio para quebrar uma tradição linguística do prestígio da língua majoritária para inovar com o estudo da Língua de Sinais pela língua de sinais, formando o bacharel tradutor intérprete de línguas de sinais com a vivência de diversos gêneros textuais estudados na própria língua.

No site da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)<sup>1</sup> pode-se encontrar a matriz curricular do curso dividido em três eixos: o eixo de formação básica, formação específica e de formação pedagógica. O currículo do curso totaliza 2640 horas/aula obrigatórias com as matérias: Fundamentos da Educação de Surdos, Análise do Discurso, Aquisição da Língua de Sinais, Aquisição da Linguagem, Aquisição de Segunda Língua, Escrita de Sinais I,II, e III, Estágio em Interpretação da Língua Brasileira de Sinais, Estudos da Tradução I, II,III, Estudos Linguísticos, Fonética e Fonologia, Morfologia, Introdução à Educação a Distância, Introdução aos Estudos da Tradução, Lab. de Interpretação de Língua Brasileira de Sinais e Língua Portuguesa I, II, III e IV, Língua Brasileira de Sinais I,II,III,V,VI, Literatura Surda, Semântica e Pragmática, Psicolinguística, Sintaxe, Sociolinguística, Tradução e Interpretação da Língua de Sinais I e II, Trabalho de Conclusão de Curso e Estágio em Tradução Escrita da Língua de Sinais Língua Portuguesa.

Por sua vez, a Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), no Estado de São Paulo também passou a oferecer o curso específico para formar tradutores intérpretes de Língua de

---

<sup>1</sup> Disponível em <<https://LIBRAS.ufsc.br/old/public/colecaolettrasLIBRAS>>

Sinais a partir de 2013, após pactuação com a Coordenação Geral de Expansão e Gestão dos IFES – MEC. O curso Bacharelado em Tradução e Interpretação em Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS)/Língua Portuguesa (TILSP)<sup>2</sup> é oferecido em modalidade presencial no Campus São Carlos e sua primeira turma está em fase de conclusão de curso, após 4 anos de estudos. Sua grade curricular está dividida em 4 eixos: LIBRAS, Língua Linguagem e Cultura, Tradução e Interpretação e Processos de Desenvolvimento Humano de Aprendizagem. Nos eixos expostos, pode-se encontrar as seguintes disciplinas: Eixo A – LIBRAS: LIBRAS I, II, III, IV, V, VI, VII, LIBRAS e os parâmetros Formacionais, Morfossintaxe da LIBRAS, Gêneros textuais e LIBRAS, Outras línguas de sinais e Literatura em LIBRAS. No eixo B, chamado de Língua, Linguagem e Cultura encontram-se as disciplinas: Introdução à Linguística das línguas orais e sinalizadas, Leitura e Produção de Texto: escrita acadêmica I, II, III e IV, Línguas em uso: variação e mudanças linguísticas, Estudos da Oralidade, Linguagem e aspectos segmentais e suprasegmentais da fala, Políticas Públicas e Surdez, Morfossintaxe: Língua Portuguesa, Português como segunda língua para surdos, Estudos do significado, Multiculturalismo e Surdez. O eixo C, intitulado Tradução e Interpretação, estuda-se: Introdução à Tradução e Interpretação e aos estudos da Surdez, Linguagem, Surdez e Educação, Tradução e Interpretação Consecutiva, Tradução e Interpretação: atividade discursiva, Tradução e Interpretação na esfera educacional I, II e III, Tradução e Interpretação I e II, Saúde ocupacional do Tradutor e Intérprete de LIBRAS, Tradução e Interpretação em Eventos Científicos, Ética profissional, Surdez e visualidade, Tradução e Interpretação na Esfera da Saúde e Tradução e Interpretação nas esferas Legal e Governamental. Por sua vez, o Eixo D contempla as disciplinas que tratam dos Processos de Desenvolvimento Humano e de aprendizagem, que estudam o Desenvolvimento psicológico da Pessoa Surda, Aquisição e Desenvolvimento da linguagem: Língua Portuguesa, Aquisição e Desenvolvimento da linguagem: LIBRAS e Desenvolvimento, aprendizagem e processos educacionais.

Embora o curso TILSP traga em sua ementa uma disciplina específica para intérpretes educacionais, a sua oferta ainda é pouca em comparação ao grande número de TILS sendo formados em todo o território nacional.

Além destes cursos de graduação ofertados por instituições federais de educação superior, há também outras iniciativas de instituições privadas e de cursos de especialização e

---

<sup>2</sup> Disponível em: <<http://www.tilsp.ufscar.br/>>

formação continuada. No Estado do Paraná, a UFPR e a UTFPR também ofertaram em 2018 cursos de aperfeiçoamento profissional para os TILS interessados em capacitarem-se.

O Prolibras também foi uma iniciativa válida para a formação e profissionalização do tradutor e intérprete de língua de sinais, validada pelo Decreto nº 5625/2005 em seu artigo 20, sendo um processo inovador, pois foi o primeiro tipo de avaliação de intérpretes no qual a prova não era uma prova escrita.

Seu foco principal foi a sinalização na Língua de Sinais brasileira, sendo este um diferencial. Essa avaliação veio destacar a Língua de Sinais no qual o sujeito surdo pôde ter sua língua valorizada. A princípio, a língua portuguesa era a única língua utilizada como forma de avaliação, sendo assim, as avaliações eram feitas de maneira escrita. O Prolibras veio para quebrar esse paradigma no qual o surdo pôde ver a língua sinalizada e isso trouxe mais clareza no procedimento avaliativo.

Com o reconhecimento da Língua Brasileira de Sinais pela Lei nº 10.436 (BRASIL, 2002) e o Decreto nº 5626 (BRASIL, 2005) como um direito linguístico da comunidade surda, houve a necessidade de desenvolver uma forma de certificação para Instrutores e Tradutores Intérpretes para atuarem em âmbito nacional. O Prolibras foi apenas uma das formas de certificação e profissionalização criadas para sanar a necessidade. Esta forma de certificação seria apenas emergencial<sup>3</sup> enquanto o processo de desenvolvimento de um curso específico para a licenciatura e bacharelado em Letras LIBRAS foi desenvolvido para qualificar e certificar estes profissionais.

O Prolibras é um exame de proficiência no qual buscou certificar Instrutores e Tradutores Intérpretes de Língua Brasileira de Sinais para o ensino médio e/ou superior. Quadros *et al.* (2009, p.19) divide a atuação desse profissional em três diferentes campos de trabalho:

- a) intermedia a comunicação entre as pessoas surdas usuárias de LIBRAS e as pessoas ouvintes usuárias da Língua Portuguesa em diferentes contextos; b) traduz os textos da LIBRAS para a Língua Portuguesa e os textos da Língua Portuguesa para a LIBRAS; c) auxilia no esclarecimento da forma escrita produzida pelos surdos em quaisquer contextos que se façam necessários (concursos, avaliações em sala de aula, documentos, etc.)

---

<sup>3</sup> O Decreto nº 5.626 (BRASIL, 2002) previu o período de 10 anos para os profissionais da área se ajustarem na formação prevista em lei, conforme o art. 19º: “Nos próximos dez anos, a partir da publicação deste Decreto, caso não haja pessoas com a titulação exigida para o exercício da tradução e interpretação de LIBRAS - Língua Portuguesa, as instituições federais de ensino devem incluir, em seus quadros, profissionais com o seguinte perfil”

A avaliação desse profissional foi feita por meio de duas provas: parte teórica e parte prática. A primeira prova teórica de múltipla escolha no qual as questões eram apresentadas em LIBRAS, não tendo apoio de textos escritos, delimitando assim o público para aqueles que realmente entendiam o que estava sendo sinalizado, eliminando aqueles que não alcançaram 60% de assertivas das questões apresentadas.

A segunda etapa do exame foi prática e individual. Numa sala multimídia equipada de TV, DVD e câmera, o candidato foi submetido a uma avaliação prática em algumas etapas que visavam a aferição da competência da interpretação do Português para LIBRAS e da LIBRAS para Português. Conforme aponta o livro que mostra o processo de avaliação:

Cada candidato recebe dois textos em um vídeo com uma introdução explicando o formato da prova e informando o candidato sobre o tipo de tradução que ele estará realizando, ou seja, primeiramente o candidato fará a tradução simultânea do texto falado na Língua Portuguesa para a LIBRAS e, em seguida, haverá uma segunda introdução, e o candidato fará a tradução da LIBRAS para a Língua Portuguesa. Toda a prova é filmada e gravada em um DVD para cada candidato, o qual é encaminhado para a avaliação (QUADROS *et al.*, 2009, p. 33).

O processo de avaliação foi feito seguindo os seguintes critérios (QUADROS *et al.*, 2009): a primeira prova analisou o entendimento do candidato quanto a LIBRAS, o seu conhecimento quanto à legislação e a questões de ética profissional. As provas da segunda etapa por serem práticas buscaram avaliar o nível de proficiência do candidato e a competência do candidato na compreensão e na produção de textos Português-LIBRAS-Português com textos educacionais.

Devido ao fato de a língua Portuguesa trazer vários significados para uma mesma palavra e a cada contexto esse léxico muda de sentido, a prova escrita não contemplava as características de língua e cultura surda. Essa nova forma de avaliação trouxe uma certa estranheza para alguns ouvintes, que se deparam uma prova totalmente sinalizada no qual teriam de interpretá-la da Língua de Sinais para o português ou vice-versa. Isso desafiou os intérpretes a buscarem mais qualificação para que nesse processo fosse encontrado o sucesso, mas ainda não previa as questões específicas de sala de aula. Sobre essa questão:

cabe ressaltar, porém, que este exame está direcionado para a seleção de pessoas fluentes e com conhecimento em LIBRAS, mas não necessariamente atento às questões educacionais e metodológicas, e certos problemas nesta esfera poderão permanecer. O fato de uma pessoa ser fluente em uma língua não o capacita consequentemente como um bom professor (SANTOS E GURGEL, 2010, p. 54).

Como dito anteriormente, o Prolibras foi um sistema de certificação e profissionalização criado em caráter temporário e suas edições ocorreram de 2006 a 2016. Atualmente, a certificação através de banca de proficiência é feita por outras instituições credenciadas, conforme prevê a legislação, sendo que cada Secretaria de Estado de Educação também tem autonomia para certificar aqueles que irão trabalhar nas salas de aula como intérpretes educacionais de Língua de Sinais em escolas estaduais.

### 1.3 O APERFEIÇOAMENTO PROFISSIONAL DO TILS NOS CURSOS DE EXTENSÃO E DE FORMAÇÃO CONTINUADA

Levando se em conta que a formação profissional não deve ser algo único e estático, a formação do intérprete educacional de Língua de Sinais deve ser atualizada de forma continuada onde é preciso trabalhar “questões imprescindíveis para a formação do intérprete como ética, prática de interpretação e tradução, estratégias de interpretação, entre outros” (AMPESSAM; GUIMARÃES; LUCHI, 2013, p. 14).

Ainda se tratando sobre a questão da formação, os profissionais que atuam nas escolas e que buscam a eficiência em seu trabalho estão sempre à procura e participando de encontros e formações. As trocas de experiências é uma ferramenta muito importante para o crescimento profissional como intérprete educacional de Língua de Sinais. Assim, “faz-se necessário investir na especialização do intérprete de Língua de Sinais da área da educação” [...] pois, “formação e qualificação permanente é urgente” (QUADROS, 2007, p. 59 e 71).

Estes cursos de extensão de forma continuada devem buscar sempre o aperfeiçoamento da língua, o conhecimento da cultura surda e dos aspectos que envolvem essa língua e essa cultura assim como as peculiaridades da interpretação no contexto escolar (LACERDA, 2009) que são diferentes das especificações da interpretação em outros contextos.

A discussão sobre o aperfeiçoamento constante do profissional que atua em sala de aula e sobre os assuntos trabalhados nos cursos de aperfeiçoamento é muito questionado nas obras da área, como pode-se citar:

Faz-se cada vez mais importante uma profunda discussão sobre a capacitação de intérpretes para a atuação em sala de aula, já que este ambiente de trabalho se constitui num espaço diferenciado que requer formação e suporte técnico, nem sempre percebidos e desenvolvidos apenas com a prática. Tal capacitação envolve

conhecimento sobre o processo ensino/aprendizagem, sobre a formação de conceitos e a construção de conhecimentos que demandam formação detalhada e específica, além da formação linguística implicada no trabalho de interpretação (LACERDA; BERNARDINO, 2010, p. 70).

Não podem esgotar-se as possibilidades e oportunidades para formação e aperfeiçoamento dessa formação por parte do intérprete educacional de Língua de Sinais, visto que a língua de sinais, como qualquer outra, é uma língua viva e passa por constantes modificações e assim, é necessário estar sempre atento e ciente às mudanças e novidades na área.

#### 1.4 O INTÉRPRETE EDUCACIONAL E A FORMAÇÃO ACADÊMICA

Conforme mostrado anteriormente, a formação/graduação em licenciaturas não é uma obrigatoriedade prevista em lei, sendo que a Lei nº 12.319 (BRASIL, 2010) aponta a formação profissional deste apenas em nível médio.

Contudo, sabe-se que a atuação do interprete vai muito além de apenas “realizar a interpretação das duas línguas de maneira simultânea ou consecutiva [...] da LIBRAS e da língua portuguesa (BRASIL, 2010, art. 2º). O intérprete está intimamente envolvido no processo de ensino-aprendizagem do aluno surdo, sendo esperado dele certa postura e ações que se condizem ao de um educador e sala de aula nessas condições. “O intérprete especialista para atuar na área da educação deverá ter um perfil para intermediar as relações entre os professores e os alunos, bem como, entre os colegas surdos e os colegas ouvintes” (QUADROS, 2007, p. 60) e assim o perfil real para atuar como intérprete educacional de Língua de Sinais vem percebendo-se como diferenciado pela sua atuação como educador.

Embora a lei não contemple tal formação, a exigência para se trabalhar como intérprete educacional pelas secretarias de educação tem evidenciado a importância da formação em licenciaturas. Sobre essa temática, Albres (2015, p. 46) aponta:

Desta forma, as secretarias de educação consideram estar desenvolvendo diretrizes adequadas ao exigir a formação pedagógica (nível superior), visto que este profissional vai compor o quadro de funcionários das secretarias de educação e que em suas normas exigem esta formação para os profissionais que atuarão diretamente com alunos em sala de aula.

Mesmo quando a profissão ainda não era regulamentada, os textos escritos com a finalidade de nortear o trabalho do intérprete (QUADROS, 2007) já apontavam a

necessidade/possibilidade de um professor que domina LIBRAS possa ser TILS em outro turno de trabalho, dando a ideia que o TILS com preparo da área educacional está mais preparado para tal atuação, ou seja, na época que não eram muitos os cursos de LIBRAS nem as oportunidades de formação profissional, os professores (já licenciados) que tinham algum conhecimento da língua de sinais, puderam atuar como intérpretes em sala de aula, em contraponto com seu trabalho de docente para não confundir os papéis (ora é professor ora é intérprete).

É por essa razão que atualmente busca-se a formação profissional do intérprete educacional de Língua de Sinais com licenciatura (quando a formação específica de bacharel em Letras LIBRAS não é possível) para atuar também com função de educador pois “consideramos o intérprete como novo agente a se enquadrar nesse grupo, visto que atua diretamente com o alunado” (NEIVA, 2015, p. 28).

Tais referências apontam que essa exigência dada pelas secretarias de educação (municipais e estaduais) estabelece a marca de uma identidade e um perfil para aqueles que desejam atuar nessa profissão, pois, o trabalho do intérprete educacional de Língua de Sinais não é de atuar sozinho, e sim em parceria com o professor regente de sala e responsável pelo ensino dos conteúdos e disciplinas.

## 1.5 O ASPECTO TÉCNICO DA ATUAÇÃO DO INTÉRPRETE

A função de interpretação é considerada um “trabalho puramente técnico” (AMPESSAM; GUIMARÃES; LUCHI, 2013) se for colocado o ponto de vista que o intérprete de Língua de Sinais em sala de aula não está ali para ensinar o conteúdo e sim para transmitir para a língua alvo o discurso ministrado através da língua fonte.

Partindo desse olhar, muitas vezes deduz-se que o ato de interpretar é um trabalho técnico, porém não é somente isso, ele é também um trabalho pedagógico, visto que, como afirma Lacerda (2003, p. 125) “ao integrar o espaço educacional, o intérprete passa a fazer parte dele”. Ainda sobre o trabalho de interpretação, conforme o documento publicado, “o intérprete também precisa ter conhecimento técnico para que suas escolhas sejam apropriadas tecnicamente. Portanto, o ato de interpretar envolve processos altamente complexos”. (QUADROS, 2007, p.27). Por essa razão, é necessário separar sua função técnica no espaço

escolar de sua responsabilidade de assumir uma competência metodológica (como já foi apresentado nesse trabalho).

A função do intérprete educacional de Língua de Sinais em sala de aula não é o de ensinar o conteúdo das disciplinas, contudo, das escolhas dele depende o bom andamento e aprendizado do aluno surdo. É necessário esclarecer os papéis que envolvem a sala de aula e, sobre essa temática, a autora escreve:

Todavia o papel de educador/ professor não pode recair sobre o intérprete, já que seu papel principal é interpretar. O intérprete não pode ser responsável pela aquisição de conhecimentos do aluno. (LACERDA, 2003, p. 127.)

Convém, no entanto, ressaltar que o intérprete também não deve estar totalmente alheio ao processo de aprendizagem. Sendo assim, o trabalho do intérprete educacional de Língua de Sinais não é (tão somente) um trabalho técnico, mas também pode ser considerado um trabalho pedagógico.

Após a apresentação das atribuições do processo de formação do profissional TILS, faz-se necessário elencar as especificidades relacionadas a ele no âmbito educacional, assuntos este que serão abordados no próximo capítulo.



## 2 O TILS E SUAS ESPECIFICIDADES NO ÂMBITO EDUCACIONAL

O tradutor intérprete de Língua de Sinais que atua no âmbito educacional apresenta algumas especificidades em suas funções em sala de aula e para isso é necessário elencar quais são elas através da formação acadêmica deste e o aspecto comunicativo em sua atuação, atentando às diferenças posturais necessárias aos diferentes níveis de ensino. Soares (2018, p. 47) aponta que:

é necessário fomentar a reflexão para o fortalecimento dessa categoria. Apenas cursos de formação não dão conta de discussões que promovam reflexões, pois, é na prática diária, que nos confrontamos com especificidades próprias do ambiente escolar e que exigem do IE abordagens distintas. Sendo assim, tomar conhecimento do ponto de vista e das concepções assumidas por este profissional é imprescindível para que possamos chegar a um consenso quanto às atribuições e envolvimento dos IEs no ambiente escolar.

A obra “O Tradutor e Intérprete de Língua Brasileira de Sinais e Língua Portuguesa” (QUADROS, 2007, p. 59) diferenciou o intérprete de LIBRAS que trabalha na educação daquele que trabalha em outros contextos, chamando-o de “intérprete educacional” e que essa é a área mais requisitada atualmente:

O intérprete educacional é aquele que atua como profissional intérprete de Língua de Sinais na educação [...] intermediando as relações entre os professores e os alunos, bem como, entre os colegas surdos e os colegas ouvintes (QUADROS, 2007, p. 59 - 60).

Sobre essa mesma nomenclatura, Lacerda escreve que este termo “intérprete educacional” é (também) usado em “países como EUA, Canadá, Austrália, entre outros, para diferenciar o profissional intérprete (em geral) daquele que atua na educação, em sala de aula” (LACERDA, 2009, p. 33).

Por essa razão, a figura do intérprete educacional de Língua de Sinais deve ser levada em discussão sem esgotar o tema, visto que, a maioria dos intérpretes de LIBRAS atuam ou atuaram na educação e sua presença está em muitas salas de aula brasileiras, seja ela no ensino fundamental, médio, técnico ou superior.

O trabalho do intérprete educacional de Língua de Sinais não deve ser considerado uma tarefa simples, pois não é apenas versar de uma língua para outra, e sim, o enfoque no real aprendizado por parte do aluno surdo, pois do bom trabalho deste é que o aluno poderá alcançar sucesso escolar ou não.

Muitas pessoas envolvidas nos estabelecimentos de ensino acreditam e partem do pressuposto que apenas a inserção ou disponibilização do intérprete na instituição já garante ao aluno surdo a acessibilidade à comunicação prevista na Lei nº 10.098 (BRASIL, 2000), sem se atentar aos outros quesitos necessários para a efetiva inclusão da pessoa com surdez, não apenas no espaço físico em si, mas também ao acesso ao conteúdo, conhecimentos ou informações que perpassam este ambiente. Contudo, a simples presença do intérprete não é garantia da acessibilidade e da inclusão do aluno surdo na escola.

Quando o profissional intérprete se faz presente na instituição escolar, é necessário levar-se em conta ainda a formação deste, o nível de escolaridade de atuação, os aspectos linguísticos e culturais e todo o arcabouço que envolve a mediação comunicativa entre os professores ouvintes e os alunos surdos e vice-versa. Esta condição está expressa no depoimento a seguir, após sua pesquisa em projeto de inserção de aluno surdos em escolas de inclusão os autores apontam:

os depoimentos revelam especificidades para os diferentes níveis de ensino, necessidades de conhecimentos pontuais, uso de diferentes abordagens metodológicas, estratégias de acesso e de fornecimento da informação à criança, questões relativas à atenção do aluno, modos de inserção e participação da organização e do planejamento escolar, entre outros, que requerem conhecimentos, formação e capacitação adequados. (LACERDA; BERNARDINO, 2010, p.78)

Muitas vezes a pessoa disponibilizada para a função de intérprete não tem a proficiência necessária para trabalhar naquele ambiente e nível de escolarização, pois “o fato de uma pessoa ser fluente em uma língua não o capacita conseqüentemente como um bom professor” (SANTOS E GURGEL, 2010, p. 54) comprometendo assim a fluidez na comunicação e entendimento claro por parte do aluno surdo aos conhecimentos ministrados em aula, o mesmo sucede para a interpretação sendo que “há muitas pessoas que são fluentes na língua de sinais, mas não têm habilidade para serem intérpretes. (QUADROS, 2007, p. 30).

Em relação aos conceitos de fluência e proficiência, faz-se necessário abordar algumas considerações. Para atuar em sala de aula, é necessário ter mais que apenas certa fluência, que se obtém com os cursos de LIBRAS, para se comunicar, interagindo adequadamente em língua de sinais. No entanto, muitas pessoas acreditam que apenas com o conhecimento obtido com o curso básico ou o intermediário de LIBRAS já se pode atuar em sala de aula, sendo este um grande equívoco.

Para ser um bom profissional intérprete educacional de LIBRAS é necessário também ter a proficiência na língua, ou seja, ter “bom domínio” e conhecer com abrangência o vocabulário e o discurso da língua envolvida no ato da interpretação. Assim, ele poderá desempenhar bem seu papel em sala de aula, “pois isso colabora para a boa atuação do intérprete”. [...] “Ele precisa conhecer e compreender o tema para fazer um bom trabalho, mas não necessariamente ser um profissional daquela área”. (LACERDA, 2009, p. 17). Apenas a fluência traz para o profissional conhecimento do léxico em sinais, porém, é através da proficiência que as informações serão passadas de maneira clara, ampla e assertiva.

Sobre a diferença entre fluência e proficiência, Albres (2015, p. 30) destaca:

A fluência está relacionada à capacidade de comunicar-se e interagir de forma adequada em uma língua sem interrupções, sem perder o ritmo desencadeando adequadamente as palavras. Por sua vez, a proficiência linguística é mais abrangente e envolve outras habilidades como, usar apropriadamente o vocabulário e discursos. [...] A fluência de intérpretes é apenas um dos aspectos ligados à proficiência linguística. Facilmente se julga que não somente a fluência, mas também a proficiência na área escolar deve ser almejada por aqueles que atuam como intérpretes educacionais em sala de aula.

Por exemplo, um profissional que atua no Ensino Superior, interpretando o curso de ciências biológicas deve ter fluência e proficiência mais ampla que o intérprete que atua na disciplina de ciências do 6º ano do ensino fundamental, assim como o nível de conhecimento das duas línguas (LIBRAS e também os conceitos específicos do curso de ensino superior), além do domínio das técnicas de interpretação necessários para atuar neste nível de ensino. Para tanto, Lacerda (2009, p. 29) explicita:

Tais estudos focalizam que a atuação no espaço educacional tem características próprias que precisam ser respeitadas e não se trata de respeitar ou não o código de ética, mas de compreender os diferentes contextos e as necessidades que cada um deles impõe para a atuação do ILS.

Por esta razão que o trabalho do intérprete educacional de Língua de Sinais é diferenciado do intérprete que atua em outros contextos.

## 2.1 FUNÇÕES DO TILS EM SALA DE AULA

O intérprete de LIBRAS que atua em escola tem seu papel diferenciado daquele que exerce função em empresas ou palestras. No contexto educacional, ele recebe algumas

funções que vão além do simples “versar de uma língua para outra nas relações interpessoais” (LACERDA, 2009, p. 14), pois conforme afirma a mesma autora:

observa-se que as intérpretes assumem diversas funções inclusive de motivadoras de alunos, para além da tarefa específica de interpretar. Não se trata de ocupar o papel do professor, mas nas relações próximas às crianças surdas é difícil pensar que elas não se sintam (também) responsáveis por bons resultados em sua aprendizagem. (LACERDA, 2009, p. 52)

Primeiramente, vale ressaltar que o principal papel do intérprete em sala de aula é o de mediar a comunicação e as informações que perpassam o ambiente escolar. Porém, isto não se resume a apenas “mexer as mãos aleatoriamente” ou servir de dicionário humano, como uma espécie de “legenda ambulante”, como mostra a autora Lacerda (2009, p. 67) “as ações dos ILS (intérprete de Língua de sinais) em sala de aula e na escola extrapolam e muito a simples tradução/interpretação daquilo que é dito pela professora ou pelos alunos”.

A responsabilidade vai muito além de transmitir uma informação passada pelo professor, é preciso que haja envolvimento no ato educativo por parte do intérprete e, para isso, é necessário que ele observe alguns itens em seu comportamento.

Conforme o Código de ética, descrito por Quadros (2007, p. 32), e o Código de conduta ética da FEBRAPILS (2014), o tradutor intérprete precisa possuir um comportamento de imparcialidade e confiabilidade, para que seu trabalho seja exercido de maneira ética. O intérprete não deve manifestar suas opiniões pessoais sobre o assunto explicado pelo professor, não deve, também, fazer interrupções de cunho pessoal. Ele está presente ali, para mediar a comunicação do professor com a turma e, quando for necessário, fazer a mediação do aluno com o professor, traduzindo as dúvidas que ele venha a ter. A relação entre professor-intérprete-aluno deve ser de confiança, pois todos estão ali para alcançar um mesmo objetivo.

Dessa forma, e segundo a Lei nº 12.319 (BRASIL, 2010), a função do TILS é de se tornar responsável pela mediação e influencia no desenvolvimento das relações sociais e de aprendizado interpretando em Língua de Sinais as atividades didático-pedagógicas da escola.

Uma das obras desenvolvidas pelo governo do estado de Santa Catarina, com a intenção de orientar as práticas profissionais do intérprete educacional de Língua de Sinais, chamou o intérprete que atua em sala de aula de “professor-intérprete” e elencou quais são as atribuições a ele conferidas nas escolas estaduais:

Estabelecer comunicação necessária à participação efetiva do aluno; Trocar informações com o professor, relativas às dúvidas e necessidades do aluno, possibilitando ao professor regente a escolha de estratégias de ensino e aprendizagem; Estudar o conteúdo a ser trabalhado pelo professor regente, para facilitar a tradução da LIBRAS no momento das aulas e atividades escolares; Participar da elaboração e avaliação do Projeto Político Pedagógico [...] (AMPESSAM; GUIMARÃES; LUCHI, 2013, p. 19 - 20).

A esse respeito, a Lei nº 12.319 (BRASIL, 2010) em seu artigo 6º inciso II traz como atribuições do tradutor e intérprete (no âmbito da educação) a tarefa de:

interpretar em Língua Brasileira de Sinais – língua portuguesa, as atividades didático-pedagógicas e culturais desenvolvidas nas instituições de ensino nos níveis fundamental, médio e superior, de forma a viabilizar o acesso aos conteúdos curriculares (BRASIL, 2010).

Na sala de aula o intérprete deverá ter uma relação de cumplicidade com o professor regente, pois ambos têm o mesmo objetivo: que o aluno aprenda, porém, o intérprete não é graduado na disciplina e por isso “não tem a obrigação de saber todo o conteúdo” e sim os sinais coerentes para cada conceito estudado. Por esta razão, as dúvidas dos alunos devem ser sanadas pelo professor regente e não pelo intérprete.

O intérprete, sempre que necessário e quando for solicitado, poderá dar sugestões de adaptações que podem ser feitas pelo professor para que sua aula atinja também o aluno surdo, pois sabe como se dá o funcionamento cerebral (do aprendizado) e comportamental do aluno surdo.

Ao corrigir, pode ser que o professor tenha dificuldade por causa da diferença gramatical e de sintaxe (ou de estrutura das frases) das duas línguas, o intérprete pode assumir a função de tornar o conteúdo escrito pelo aluno surdo acessível ao professor para que este possa fazer a correção adequada das informações, considerando o conteúdo e não a forma da língua portuguesa escrita padrão, visto que a Língua Portuguesa é a segunda língua do surdo e:

Esses conteúdos, além de serem mais distantes para os alunos surdos pela privação linguística a que frequentemente estão submetidos, só são acessados após sua versão para a LIBRAS pela intérprete, que busca produzir enunciados que façam sentido para os alunos surdos, simultaneamente, em uma tarefa trabalhosa e exaustiva (LACERDA, 2009, p. 70).

Sobre essa temática, a autora Albres também fez sua pesquisa em documentos governamentais publicados e concluiu que:

dois grandes papéis podem ser extraídos do conjunto de nossas leituras dos documentos; os que nos remetem à ideia de comunicação, por um lado; de outro, os que remetem a ideia de mediação do ensino-aprendizagem, enquadrando esse profissional como mais um serviço da educação especial (ALBRES, 2015, p. 48).

Sendo assim, assegura-se que a discussão sobre seu real papel em sala de aula ainda não é um discurso uníssono entre as instituições, sendo que as atividades de interpretação vão além das paredes da sala de aula.

Uma das funções mais claras que o intérprete tem em sala de aula é a função de comunicação entre as partes<sup>4</sup>, ou seja, a função de sinalizar/comunicar o que está sendo dito em sala de aula. No entanto, conforme Soares (2018, p. 42):

O ambiente é impregnado das mais distintas relações humanas e ideológicas, diferentemente de qualquer outro contexto, o desempenho do IE deve estar associado diretamente à cautela e ao preparo emocional, muito além do que predizem as cláusulas em documentos ou em contratos de cunho profissional.

Sendo que este ambiente é permeado constantemente pela troca de informações entre os professores, alunos ouvintes e os alunos surdos então a função que o intérprete mais desempenha em sala de aula é interpretar tudo o que está sendo dito no ambiente.

Dessa forma, para que a função principal do intérprete educacional de Língua de Sinais seja realizada com eficácia é preciso que este mantenha bom relacionamento com o professor regente de classe, assim poderá ter seu trabalho bem desenvolvido, através da boa comunicação (AMPESSAM; GUIMARÃES; LUCHI, 2013), permitindo desempenhar seu papel de “agente das relações sociais da escola” (NEIVA, 2015, p. 27).

## 2.2 ESPECIFICIDADES NA ATUAÇÃO DO TILS EDUCACIONAL EM DIFERENTES NÍVEIS DE ENSINO

A atuação do intérprete educacional de Língua de Sinais tem um leque muito diversificado, podendo atuar no nível de ensino fundamental, ensino médio, magistério, curso técnico e até nível superior. Para tanto, a forma de atuar desse profissional deve também se flexibilizar de acordo com o perfil do aluno a ser atendido e nível de escolarização. Kelman

---

<sup>4</sup> A expressão “efetuar a comunicação” é utilizada no artigo 6º, inciso I da Lei nº 12.319 (BRASIL, 2010).

(2005, p.26) já trouxe a indagação: “será que tradução é o único papel do intérprete dentro da sala de aula?”

Albres (2005, p. 85-86) aponta em sua pesquisa que intérpretes que atuam nas séries mais iniciais (ensino fundamental) acabam por ter "mais trabalho em relação à orientação do aluno, a retomada de conceitos e buscas por estratégias" do que os intérpretes que atuam no ensino médio, isso devido ao nível de maturidade linguística e emocional do aluno surdo. O intérprete que trabalha no ensino médio tem seu trabalho voltado somente para interpretação e orientação das relações. Ainda nessa ideia, Quadros (2007, p. 60) ressalta que "se o intérprete está atuando na educação infantil ou fundamental, mais difícil torna-se sua tarefa".

O ideal seria que a criança surda tivesse contato com seus pares desde a mais tenra idade. Isso seria extremamente positivo, pois, além da troca de sinais, esta interação contribui para a formação de sua identidade surda. Porém nem sempre isso é possível, e, pode-se dizer ainda mais: é muito mais comum do que se imagina o contato primário do surdo com um sinalizador apenas ao chegar na escola, em sua maioria, o intérprete em sala de aula.

Nessa fase da idade e neste ambiente, o principal objetivo do TILS não se resume apenas à interpretação do conteúdo e sim na inclusão do aluno surdo no ambiente, aos conceitos ali explicados e ao conhecimento de mundo que muitas vezes este aluno não traz de casa (ALBRES, 2015). No ensino médio, o intérprete trabalha com um público mais maduro e o foco principal é a independência e autonomia do aluno surdo.

Pode-se dizer que nas séries iniciais os conceitos ministrados são mais leves e de fácil alcance ao intérprete educacional de Língua de Sinais e sua bagagem cultural particular, no entanto,

nos níveis posteriores o intérprete passa a necessitar de conhecimentos cada vez mais específicos e mais aprofundados para poder realizar a interpretação compatíveis com o grau de exigência dos níveis cada vez mais adiantados da escolarização (QUADROS, 2007, p. 63).

Essa defasagem de alguns conceitos que alguns alunos surdos trazem também precisa ser atentado pelo intérprete educacional de Língua de Sinais. Lodi e Luciano (2010, p. 34) justificam essa afirmativa em:

O não acesso da criança surda à linguagem usada no contexto familiar – linguagem oral da língua portuguesa – acaba levando-a um significativo atraso para seu desenvolvimento; como consequência, para o desenvolvimento dos processos que dependem da linguagem – organização de pensamentos, de suas ações, realização de novas aprendizagens, entre outras coisas tão essenciais à vida cotidiana. Por este

motivo, torna-se necessário à criança surda o estabelecimento de relações com surdos e/ou ouvintes fluentes na Língua de Sinais para que esta venha a ter um desenvolvimento análogo ao de uma criança ouvinte no que se refere ao desenvolvimento da linguagem.

Sendo assim, o intérprete educacional de Língua de Sinais também deve levar em consideração tais questões para ter sua postura adequada ao nível/modalidade de ensino que está atendendo (LACERDA, 2009, p. 69), percebendo o nível linguístico e maturidade que o aluno surdo tem para se adequar a ele, alcançá-lo por meio da mediação da comunicação efetiva e assim contribuir para o seu progresso.

Sobre os papéis atribuídos ao professor intérprete<sup>5</sup> na sala de aula inclusiva, Kelman (2005, p. 31), após sua pesquisa, lista 11 funções diferentes dadas ao intérprete educacional de Língua de Sinais que extrapolam a “simples” função comunicativa, das quais são: 1 – Ensino de português como segunda língua, 2 – Ensino de Língua de Sinais para surdos, 3 – Ensino de Língua de Sinais para ouvintes, 4 – Adequação (omissão) curricular, 5 – Participação no planejamento das aulas, 6 – Integração entre professora regente e professora intérprete, 7 – Orientar habilidades de estudo dos alunos surdos, 8 – Estimular a autonomia do aluno surdo, 9 – Estimular e interpretar a comunicação entre colegas surdos e ouvintes, 10 – Comunicação multimodal e 11 – Promover a tutoria.

Enfim, percebe-se que as atribuições específicas que o intérprete educacional assume em sala de aula são diferentes daquela assumidas por ele quando está em outro contexto e sua atuação se difere quando está frente a alunos de diferentes níveis de ensino. Dessa forma, ainda é preciso saber como se dá a atuação deste profissional como agente pedagógico no processo educacional. Para isso é preciso levar em consideração o envolvimento dessas duas partes e também a parte que cabe ao aluno surdo em estudar. Os assuntos referentes e que interferem no processo de aprendizagem do aluno surdo e os personagens envolvidos serão abordados no capítulo seguinte.

---

<sup>5</sup> Este é o termo trazido pela autora.



### 3 TILS NO PROCESSO EDUCACIONAL DO ALUNO SURDO

Sendo o intérprete educacional de Língua de Sinais participante nas ações e comunicações em sala de aula e na escola, no exercício de sua função é importante ainda destacar a atuação do TILS como agente pedagógico no processo educacional, abordando as competências e responsabilidades, a tríade em sala e reflexões sobre a imparcialidade do intérprete no processo comunicativo visando a aprendizagem do aluno surdo.

Assim também, este estar envolvido na interação comunicativa social e cultural pois exerce poder para influenciar o objeto e o produto da interpretação (QUADROS, 2007, p. 27). Desse modo a atuação do intérprete nesse contexto pode influenciar diretamente o processo de aprendizagem do aluno surdo.

A sala de aula com a presença do aluno surdo e do intérprete é marcada por algumas diferenças e essas diferenças devem ser resolvidas por meio de algumas adaptações de material de aula, de posicionamento físico em sala, das metodologias usadas pelo professor regente e também de escolhas feitas pelo intérprete no meio de tudo isso, pois como Lacerda (2009, p. 34) mostra:

esse processo educacional precisa ser revisto a cada momento, para possibilitar a aquisição de conhecimentos pelo sujeito surdo, visto que as práticas escolares são prioritariamente pensadas a partir da experiência ouvinte do professor e dos alunos ouvintes.

Entendendo que a presença de alunos surdos é algo relativamente novo e junto com esta vem o desafio de adequar as metodologias de ensino voltadas para alunos ouvintes. Nesse processo, encontram-se um ambiente escolar habitado exclusivamente por professores e alunos que tem sua harmonia quebrada pela presença de um profissional diferenciado - o intérprete educacional.

Esse agente educacional vem contribuir no processo de aprendizado do aluno surdo, com suas colaborações para a inclusão do mesmo na comunidade escolar e auxiliar no processo de adaptação da escola e esse novo aluno. O intérprete educacional de Língua de Sinais precisa buscar da direção e equipe pedagógica o apoio para o entendimento e aceitação do corpo docente a esse novo profissional. Pois como Lacerda (2009, p. 73) comenta, "a relação harmoniosa entre elas revela-se como fundamental para que as atividades em sala de aula transcorram satisfatoriamente".

Isso significa que as escolhas feitas pelo TILS e sua postura em sala de aula também devem ser revisadas e analisadas. A postura profissional do intérprete educacional de Língua de Sinais que atua em escolas estaduais de ensino fundamental e médio está “além de interpretar, pois as colocam diante da tarefa de buscar estratégias para adequar o conteúdo visando à aprendizagem dos alunos surdos”. (LACERDA, 2009, p. 76-77). Sendo assim, vale ressaltar a tríade envolvida neste processo: o professor regente, o intérprete educacional de Língua de Sinais e o aluno surdo.

### 3.1 COMPETÊNCIAS NECESSÁRIAS AO INTÉRPRETE EDUCACIONAL

Muito se questiona sobre o trabalho do intérprete e este é constantemente avaliado em seu desempenho como sendo bom intérprete ou ruim. No entanto, conforme Quadros (2007, p. 60), “as competências e responsabilidades destes profissionais não são tão fáceis de serem determinadas”

Robert (1992 apud QUADROS, 2007) cita seis competências em que a interpretação deve ser analisada, elencando essas categorias como competências a ser desenvolvidas pelo profissional tradutor intérprete, das quais são: “1. competência linguística; 2. para transferência; 3. competência metodológica; 4. na área; 5. competência bicultural e 6. competência técnica” (2007, p. 73-74). Embora tais competências explicitadas tratem do desenvolvimento do tradutor intérprete no contexto geral, cabe ressaltar que elas também devem ser perseguidas pelos intérpretes educacionais de Língua de Sinais. Sendo assim, espera-se que o profissional intérprete que atua no âmbito escolar e está profundamente envolvido no processo de aprendizagem adquira e desenvolva porcentagem de cada uma dessas competências.

A competência linguística, elencado como a primeira da lista envolve o conhecimento das duas línguas envolvidas: a Língua de Sinais e a língua portuguesa. É imprescindível que o intérprete educacional de Língua de Sinais tenha um bom arcabouço de vocabulário em sinais e também tenha conhecimento dos significados das palavras em ambas as línguas, ou seja, tenha “habilidades em entender o objetivo da linguagem usada em todas as suas nuances e habilidades em expressar corretamente, fluentemente e claramente a mesma informação na língua alvo” e distinguindo “as ideias principais das ideias secundárias e determinar os elos que determinam a coesão do discurso” (QUADROS, 2007, p. 73).

A competência para transferência refere-se ao além de conhecer as duas línguas envolvidas, mostra que é necessário ao fazer a versão de uma língua para outra, fazê-lo sem alterar o sentido do enunciado dito, conforme mostra a autora

Cabe ao intérprete expressar o sentido sem estar preso às formas da língua de partida; produzir um novo enunciado que atenda à completude da mensagem original, refletindo as características da língua de chegada, sem deixar traços da língua de partida (LACERDA, 2009, p. 21);

Quadros, em sua obra do MEC, ainda aponta que “não é qualquer um que conhece duas línguas que tem capacidade para transferir a linguagem de uma língua para a outra” (2007, p. 74).

A competência metodológica diz respeito ao uso da interpretação para um determinado fim, que no caso dessa pesquisa, é o de atingir o conhecimento e o aprendizado por parte do aluno surdo. A competência metodológica é usada ao adaptar uma “performance” de interpretação ao público alvo, para que este o entenda, ou seja, “habilidade para escolher o modo apropriado diante das circunstâncias” (QUADROS, 2007, p. 74).

Outra questão importante sobre a competência metodológica que vale ressaltar é que através do desenvolvimento desta, o intérprete educacional de Língua de Sinais pode recorrer à mesma escolha lexical para uso no futuro, recurso muito comum e necessário em situação de revisão para prova, momento em que, ao usar a mesma construção gramatical, faz o aluno surdo reconhecer e recorrer em seu “arquivo de memória” toda a explicação do conteúdo, ou seja, habilidade de recordar itens lexicais e terminologias para uso no futuro (QUADROS, 2007, p. 74). O recurso dessa competência favorece e muito o trabalho profissional do intérprete educacional.

A competência na área também é importante para o intérprete educacional de Língua de Sinais, visto que este está totalmente envolvido no processo de aprendizado do aluno surdo. Este deve ter conhecimento na área educação, dos procedimentos metodológicos e de como se estimula o conhecimento do aluno.

Um bom profissional intérprete também deve desenvolver a competência bicultural, ou seja, o “profundo conhecimento das culturas que subjazem as línguas envolvidas no processo de interpretação (conhecimento das crenças, valores, experiências e comportamentos dos utentes da língua fonte e da língua alvo e apreciação das diferenças entre a cultura da língua fonte e a cultura da língua alvo)” (QUADROS, 2007, p. 74). Sobre essa mesma temática a

autora Lacerda aponta ainda que “as escolhas linguísticas precisam ser rápidas e por isso a bagagem cultural do intérprete precisa ser ampla” (2009, p. 18) e ainda que “para o trabalho de interpretação é necessário que se considere a esfera cultural e social na qual o discurso está sendo enunciado” (LACERDA, 2009, 21).

Sabe-se que os conceitos nos vocábulos em língua portuguesa nem sempre possuem um equivalente imediato na Língua de Sinais ou vice versa, por essa razão essa competência deve ser estimulada no profissional intérprete educacional de Língua de Sinais para que por meio da interpretação adequada, o aluno surdo entenda os conteúdos em sua própria cultura e forma de ver o mundo e possa fazer apreensão verdadeira do conteúdo ministrado.

A última competência elencada é a competência técnica. Entende-se por competência técnica a “habilidade para posicionar-se apropriadamente para interpretar” (QUADROS, 2007, p. 74). O intérprete educacional de Língua de Sinais muitas vezes se depara com conceitos e conteúdos que ainda não foram convencionados léxicos em Língua de Sinais e neste momento deve usar da competência técnica para passar o conteúdo de forma clara usando de estratégias como o uso de espaço e outros recursos para que o conhecimento seja transmitido para a língua de sinais. Sendo assim, “o centro do trabalho do intérprete está na percepção dos sentidos produzidos, e no melhor modo de fazer chegar ao outro sentido, sem ficar preso à forma linguística da língua de partida. (LACERDA, 2009, p. 16). É a partir daí que se pode considerar um intérprete educacional de Língua de Sinais como um bom profissional.

De acordo com pesquisa feita pelo acadêmico através de questionário respondido por profissionais intérpretes que têm entre 3 e 24 anos de atuação, a competência mais difícil de se desenvolver é a competência linguística e, em seguida, apontam a competência bicultural e técnica como as mais complexas.

### 3.2 A APRENDIZAGEM DO ALUNO SURDO E A “TRÍADE” EM SALA DE AULA

Na sala de aula que possui alunos surdos é visível a participação de dois profissionais: o professor regente e o intérprete. No entanto é necessário ressaltar que cada um tem seu papel, como mostra Brasil (2009, p. 29) “os professores são professores e os intérpretes são intérpretes. Cada profissional desempenha sua função e papel que se diferenciam imensamente”.

O professor regente é a pessoa formada na disciplina e quem domina os conhecimentos dos conteúdos da grade curricular. A ele cabe a responsabilidade de ensinar os conteúdos.

A sala de aula tradicionalmente se constitui como um lugar no qual o professor ensina e a criança aprende. Com a entrada do ILS<sup>6</sup> no espaço educacional, acrescenta-se um terceiro elemento que estará lá não só para interpretar da LIBRAS para o português e do português para a LIBRAS, mas também para mediar os processos discursivos entre professor e aluno, almejando a aprendizagem do aluno (LACERDA, 2009, p. 39).

Quanto ao professor nesse processo, é o responsável pela turma, aquele que organiza o andamento do processo de ensino/ aprendizagem. No mais com a presença do aluno surdo a abertura para um trabalho conjunto com o intérprete educacional de Língua de Sinais, proporciona um espaço para desenvolvimento de estratégias para solucionar possíveis entraves na aquisição de conhecimentos escolares, adequando práticas pedagógicas para suprir a necessidade desse novo cliente surdo.

Para que o produto final seja alcançado, ou seja, o aluno surdo aprenda, é necessário que cada profissional desempenhe seu papel e que haja comunicação e parceria entre os dois (GESSER, 2015). Dessa forma, o processo fluirá e o aluno surdo terá seus avanços proporcionados. Sobre os papéis em sala de aula, quanto ao professor, que é “condutor principal das atividades” (LACERDA e BERNARDINO, 2010, p. 74) cabe a função de ensinar o conteúdo fazendo as adaptações metodológicas e de estratégias necessárias, sendo o “responsável pela classe e coordenador do processo de ensino-aprendizagem da turma”. (LACERDA, 2003, p. 125).

Além disso, vale ressaltar que é fundamental o bom relacionamento entre essas duas partes envolvidas para que as atividades em sala de aula transcorram satisfatoriamente (LACERDA, 2009, p. 73). O diálogo entre os dois, mostrando suas inquietações e sugestões de melhorias para o processo também é fator fundamental ao real aprendizado do aluno surdo. Além desse entrosamento entre os profissionais presentes na sala de aula do aluno surdo é importante também que este tenha acesso ao planejamento das aulas do professor regente, para que este tenha um tempo hábil para se preparar para ela, conforme mostra o trecho a seguir:

---

<sup>6</sup> Algumas obras trazem TILS (tradutor intérprete de língua de sinais). A obra de Lacerda (2009) traz a sigla ILS (intérprete de língua de sinais).

No entanto, para um melhor desempenho dos IEs, seria interessante que estes tivessem acesso ao planejamento das aulas com antecedência para poderem refletir sobre as técnicas adotadas, pesquisar sobre os conteúdos que não são de seu domínio, principalmente, em relação à Língua Portuguesa. (SOARES, 2018, p. 52).

A função do intérprete educacional de Língua de Sinais nesta tríade está em passar as informações que perpassam em sala de aula se envolvendo na interação que promove a aprendizagem, sendo que neste processo ele tem grande responsabilidade (LACERDA, 2009).

Ainda conforme a mesma autora:

O ILS em sala de aula intermediando as relações entre professor/aluno surdo, aluno ouvinte/aluno surdo nos processos de ensino/aprendizagem tem grande responsabilidade. Além dos conhecimentos necessários para que sua interpretação evite omissões, acréscimos e distorções de informações de conteúdo daquilo que é dito para a língua de sinais, ele deve estar atento às apreensões feitas pelos alunos surdos e aos modos como eles efetivamente participam das aulas. Muitas vezes, é a informação do IE<sup>7</sup> sobre as dificuldades ou facilidades dos alunos surdos no processo de ensino/aprendizagem que norteia uma ação pedagógica mais adequada dos professores (LACERDA, 2009, p. 34).

Isso mostra o quanto o envolvimento do intérprete no processo educativo se faz necessário para a possível aprendizagem por parte do aluno surdo. Suas atitudes envolvem o comprometimento por parte do intérprete com as questões acima levantadas como omissões e acréscimos desnecessários, porém, ainda é importante salientar:

Não se trata de responsabilizar o intérprete em todo o processo de formação educacional do surdo, ou de lhe computar funções para as quais não têm como ocupar sem apoio, estrutura, e parcerias, nem tampouco de se criar situações paralelas de ensino desconectadas do saber circulado pelo professor regente (GESSER, 2015, p.553).

Com tais posturas, o trabalho acaba por fluir melhor, por isso, é importante que o intérprete possa ainda “familiarizar-se com os conteúdos e temas abordados para um melhor desempenho na interpretação” (QUADROS, 2007, p. 28); pois muitos conteúdos abordados pelo professor de algumas disciplinas específicas não são de domínio do TILS.

Assim, surge uma parceria entre o professor regente e o intérprete, buscando informações e significados para conceitos que não são do seu domínio, para que o desenvolvimento aconteça a contento.

---

<sup>7</sup> IE significa intérprete educacional na obra da autora referida.

A intérprete e a professora precisam respeitar-se mutuamente, reconhecendo deveres e funções de cada uma. Conversar sobre as práticas, negociar buscando facilitar o trabalho e encontrar a melhor forma para estar ocorrendo a aprendizagem dos alunos surdos é necessário ao bom funcionamento de espaços escolares que recebem a presença de ILS (LACERDA, 2009, p. 54).

É importante haver a clareza para o professor, para o intérprete e também para o surdo qual é o papel de cada um. Para o aluno surdo é importante que seja reforçado o papel tanto do professor quanto do intérprete pois a presença de dois profissionais da educação em sala de aula pode trazer uma confusão do papel de cada um. Lacerda e Bernardino (2010, p. 74) comentam quanto ao professor e ao intérprete educacional de Língua de Sinais que:

A dupla presença parece exigir dos alunos surdos uma atenção seletiva, considerando quem é o condutor principal da atividade e quem é o enunciador para o qual eles devem voltar sua atenção.

O intérprete não é professor, mas está inserido no contexto educacional e é responsável pela mediação da comunicação neste ambiente. Pensando assim, onde termina o papel do professor e começa o papel do intérprete? É comum observar algumas posturas equivocadas quanto ao papel que cada um deve desempenhar em sala de aula, onde os intérpretes acabam por se tornar os professores dos alunos surdos ou seu extremo oposto, quando não se envolve ao ato pedagógico. Sobre isso, Gesser (2015, p. 538) mostra:

É recorrente observar duas típicas (e indesejáveis) situações: uma em que o intérprete se empossa da figura de docente de modo arbitrário e autoritário (como se fossem os “donos” do surdo), em que o professor regente ouvinte se exime de qualquer responsabilidade, relegando a ele (intérprete) toda a responsabilidade da aprendizagem do aluno; e noutro extremo, quando o intérprete compreende que sua atuação não deve extrapolar para o campo do pedagógico (e o professor se vê em apuros, atuando muitas vezes, como se o surdo não existisse, ou ainda, fazendo de conta que o surdo aprende tudo).

Essas situações descritas exemplificam o quanto o papel do intérprete em sala de aula deve ser explicitado e equalizado de maneira equilibrada entre atuar tecnicamente como intérprete e o mediar pedagogicamente o aprendizado do aluno surdo.

Professor e intérprete têm o mesmo objetivo: que o aluno surdo adquira conhecimento e se qualifique para sua vida cidadã e profissional. Entretanto é preciso esclarecer que, apesar de TILS e professor atuarem no mesmo espaço, há uma clara divisão de responsabilidades.

Em sala de aula o intérprete em consonância com o professor, no tocante à educação do discente surdo, tem além do papel de interpretação do conteúdo explanado, também tem a

função de auxiliar o aluno surdo na aquisição de conhecimentos escolares, fazendo sugestões ao professor quando aspectos da prática pedagógica podem ser revistos e melhorados - não ensinando o conteúdo e sim trazendo ideias e sugestões para que o professor execute e alcance o aluno surdo. A este também cabe a função de situar o aluno sobre o seu papel, estimulando o aluno surdo a direcionar suas indagações diretamente ao professor e não ao intérprete, assim como de mostrar ao professor como se aproximar do aluno surdo, conforme a citação a seguir:

A ação de chamar o professor para explicitar o que está fazendo tem implícita a responsabilização do professor conhecer um pouco mais das especificidades desses alunos e de demonstrar uma parceria com este professor (ALBRES, 2015, p. 83).

Ao intérprete cabe as adaptações metodológicas quanto a estrutura de língua e cultura surda; ao professor cabe as adaptações metodológicas referentes ao conteúdo e a forma de ensinar (LACERDA 2009; ALBRES 2015).

NEIVA (2015, p. 24) recorda que:

Os intérpretes, como novos agentes no espaço escolar, são, geralmente, enquadrados como quem pode dizer como ensinar, por meio de estratégias, sejam elas linguísticas ou não. Assim, estabelece-se o princípio de enquadramento do intérprete próximo ao agente professor, sem se problematizar a estrutura que vai se configurando na prática pedagógica, sem avaliar os resultados e o quanto estas ações enfraquecem um paradigma de educação bilíngue para surdos de fato.

Sendo assim, o intérprete educacional de Língua de Sinais precisa estar atento a essas demandas comuns em sala de aula preocupando-se com o aprender do aluno surdo, às sugestões a serem dadas ao professor, ao seu posicionamento físico em sala, à sua forma e escolhas lexicais na hora da interpretação.

O intérprete deve atentar também se seu posicionamento físico em sala de aula está favorecendo ou não o claro entendimento da explicação do professor pelo discente surdo.

Weininger (2016) no 5º Congresso Nacional de pesquisas em tradução de LIBRAS e língua portuguesa, fez uma comunicação com o título: “Elementos prosódicos e a importância do contato visual entre clientes surdos e ouvintes na interpretação simultânea de LIBRAS”, mostrando a importância da aproximação física do intérprete junto ao professor na hora da explicação do conteúdo visto que, ao olhar o professor, o quadro e o intérprete numa mesma cena, favorece o entendimento amplo e a captação de todas as pistas que levam à



aprendizagem neste ambiente, enquanto que, ao ficar sentado na cadeira num canto da sala, faz a quebra da relação comunicativa entre o aluno surdo e o professor.

É difícil generalizar, cada pessoa apresenta características únicas que o fazem indivíduos, entretanto algumas vivências são comuns para algumas pessoas com características parecidas. Alguns surdos que nascem em família de pais ouvintes não têm contato com a Língua de Sinais durante os primeiros anos de vida, pelo fato de seus pais serem ouvintes e não partilharem da mesma língua (LACERDA, 2009).

Em alguns desses casos o primeiro processo de aquisição da língua foi de forma metódica e terapêutica, com exercícios fonoaudiológicos por meio da fala (FERNANDES, 2011).

No entanto, é na escola por meio dos primeiros contatos com a Língua de Sinais que os surdos passam a entender melhor o mundo através da visão e dos novos significados que esta língua visual apresenta, visto que a Língua de Sinais é uma língua natural para eles (QUADROS, 2004). Os sinais trazem consigo o a possibilidade do entendimento dos significados e o sentido do cotidiano passa a ser mais claro, assim, sua aprendizagem se efetiva.

Quando o surdo vai para uma escola inclusiva, em alguns casos há uma lacuna em alguns conhecimentos de mundo quando comparado aos alunos ouvintes, como aponta a autora:

As crianças e os jovens ouvintes estão a todo momento sendo expostos a comentários e discussões de diversos assuntos abordados pelos adultos e acabam por aprender a obter conhecimentos, estruturando conceitos que irão usar mais tarde em sala de aula. Os alunos surdos, por não terem acesso à comunicação oral, têm menos oportunidade de construir certos conhecimentos, ficando em desvantagem em sala de aula (LACERDA, 2009, p. 36).

O entendimento de mundo, ou seja, a forma de adquirir informações desse aluno surdo se consolida pelo que ele vê ou pela interação com outros sinalizadores e não pela forma oral que circula corriqueiramente através das mídias ou meio familiar.

Nesse contexto quando o surdo entra no colégio de inclusão, há a necessidade da presença de um profissional que, além do conhecimento linguístico, ainda tenha o conhecimento das particularidades culturais desse indivíduo em sua condição visual (STROBEL, 2008).

Assim, fazendo adaptações linguísticas e culturais para alcançá-lo pedagogicamente, pois as atividades escolares são pensadas para um público ouvinte, e neste caso, devem ser

adequadas pelo intérprete por meio de estratégias de interpretação ou de sugestão de adaptações metodológicas ao professor regente de sala.

A língua portuguesa e a Língua de Sinais são línguas distintas, cada uma apresenta uma gramática própria. Não é incomum pensarem que a Língua de Sinais brasileira segue a gramática do Português, no entanto, estudos comprovam essa diferença estrutural e sua autonomia (QUADROS; KARNOPP, 2004; GESSER, 2009).

Convém, no entanto, ressaltar que o intérprete deve ter o domínio dessa diferenciação para fazer uma interpretação coerente com o significado. Nas atividades da disciplina Português, por exemplo, o intérprete precisa juntamente com o professor desenvolver estratégias para que o conteúdo da disciplina seja assimilado pelo surdo com metodologia de segunda língua, visto que, a língua portuguesa é considerada a segunda língua do surdo (QUADROS, 1997; FERNANDES, 2011).

A riqueza semântica do Português pode ser um desafio para o TILS que trabalha atrelando palavras com sinais. Também existem sinais com uma pluralidade semântica e cultural que deve ser avaliada pelo TILS diante de um processo interpretativo tanto para a LIBRAS quanto para o Português. Um sinal que para o surdo traz um significado normal pode ser ofensivo para um ouvinte por ter seu sentido intrínseco discrepante.

O papel do intérprete diante disso é o de abrandar o sentido da frase enunciada pelo surdo. Diante disso, cabe ao intérprete promover a participação do aluno surdo e a orientação quanto à sua construção frasal. Albres (2015, p. 77) mostra que o intérprete orienta o surdo para a participação dele nas interações da sala de aula; pois conforme ainda a mesma autora “há a necessidade de reflexão de como enunciar essa mensagem em outra língua” (ALBRES, 2015, p. 80).

Embasado na reflexão que o intérprete não é o professor regente da disciplina, mas ao mesmo tempo está envolvido pelo fazer pedagógico em sala de aula, é observável em algumas situações cotidianas o conflito entre essas duas atuações, principalmente no tocante à real inclusão do aluno surdo no espaço escolar. Sobre isso, pode-se citar:

Traduzir não é ensinar. Mas, à medida que o tradutor vê-se frente a frente com a tarefa de ensinar traduzindo e traduzir ensinando, ele, muito mais do que ensinar, ativa o efeito próprio da inclusão de possibilidades concretas circunscritas às experiências educativas. Dessa maneira, evitamos a dimensão quase ingênua de se pensar que traduzir já é incluir, o que não é verdadeiro, pois uma tradução pode muito bem cumprir o seu papel técnico, mas entrar em total deriva no sentido próprio de poder ensinar algo a alguém. (CRAVALHO; MARTINS (2014 *apud* GESSER, 2015, p. 540).

Isso se dá devido ao próprio ambiente em que está a atuação do TILS educacional visto que, “o ato de interpretar está ‘eivado de propriedade pedagógica’” (GESSER, 2015, p. 540). Quando da dificuldade de acesso ao tema do discurso, da compreensão do todo enunciado, os intérpretes desenvolvem estratégias específicas para suprir a dificuldade de entendimento, desde a coordenação do tempo como a compreensão responsiva ativa em busca de sua bagagem cultural para desenvolver seu papel de mediação linguística (ALBRES, 2015)

Como já foi dito anteriormente, o intérprete educacional de Língua de Sinais não é o professor formado na disciplina e, por esta razão, não tem domínio pleno sobre todos os conceitos específicos que o aluno deve aprender. Sendo o TILS envolvido no processo de aprendizado e sem ser o professor que ensina, Albres (2015, p. 74) aponta:

Quando da dificuldade de acesso ao tema do discurso, da compreensão do todo enunciado, os intérpretes desenvolvem estratégias específicas para suprir a dificuldade de entendimento, desde a coordenação do tempo como a compreensão responsiva ativa em busca de sua bagagem cultural para desenvolver seu papel de mediação linguística.

Aqui depara-se com as competências exigidas ao bom profissional TILS já apresentado neste trabalho, em que ele precisa buscar as estratégias para ser capaz de desempenhar bem seu trabalho.

### 3.3 REFLEXÕES SOBRE NEUTRALIDADE E IMPARCIALIDADE NA INTERPRETAÇÃO

Conforme o Código de Ética desenvolvido pela FENEIS em 1992 e citado em Quadros (2007) e ainda reinterado pelo Código de Conduta Ética da FEBRAPILS (2014), a interpretação deve ser feita de forma imparcial e “sem distinção de raça, cor, etnia, gênero, religião, idade, deficiência, orientação sexual ou qualquer outra condição” (FEBRAPILS, 2014, art. 4º). No entanto, este código de ética foi elaborado para padronizar as ações dos intérpretes em todos os contextos, seja ele em empresas, igrejas, postos de saúde, etc. e não contemplou muitas das especificidades que perpassam o ambiente escolar. Nos contextos acima descritos essa neutralidade se faz necessária, visto que, não pode interferir no teor do discurso dado pelas partes.

No entanto, quando se menciona o código de ética escrito em 1992<sup>8</sup> e se relaciona com a atuação do intérprete educacional em sala de aula, é preciso que essa neutralidade (no sentido restrito da palavra) seja repensado:

Embora não exista “neutralidade” total em sua função e por isso o uso de aspas deverá usar sempre de “neutralidade” em suas atuações, atitudes corporais e entonação de voz (DA MANEIRA MAIS NEUTRA POSSÍVEL), para que o discurso do apresentador não seja deturpado, mal interpretado, ou pior, seja o contrário daquilo que é a apresentação do apresentador. (SANDER, 2003, p.131) (GRIFO DO AUTOR).

Embora a neutralidade e imparcialidade sejam necessárias na atuação do intérprete em sala de aula, enquanto participante do processo educativo, essa neutralidade não deve ser encarada como o apenas “mexer as mãos” e interpretar tudo.

É necessário saber como fazê-lo e qual a melhor forma de fazê-lo, pois é o intérprete de LIBRAS quem sabe quais as formas de tornar a comunicação mais acessível ao aluno surdo, atendo-se sempre ao sentido pretendido pelo locutor/enunciador (LACERDA, 2009) não se colocando à margem na interação comunicativa que tem em sua finalidade o aprendizado do discente surdo.

A neutralidade do intérprete educacional de Língua de Sinais deve se dar no tocante à não intervenção da aula do professor regente, trazendo a responsabilidade e a função do ensinar para si ou querendo liderar a aula. No entanto, através da parceria e da boa comunicação firmada, ambos, professor e intérprete, cumprem cada um o seu papel no objetivo único de prestar o conhecimento ao aluno surdo.

Muitos intérpretes assumem seu papel de intérpretes e se esquivam do papel do professor “assumindo timidamente o papel de educador mesmo porque estão envolvidos da concepção de que o intérprete não pode interferir, opinar e deve ser fiel ao texto enunciado” (ALBRES, 2015, p.85), mas esse envolvimento educativo não é negado nem negligenciado.

Sendo assim, a imparcialidade no processo de aprendizagem do aluno surdo é algo que deve existir, porém, não deixando de lado a responsabilidade do intérprete no envolvimento no processo educativo do aluno surdo.

Após tal estudo, pode-se concluir que o TILS é atuante no processo educacional do aluno surdo como agente pedagógico também, refletindo sobre sua ação, evitando a intromissão e dosando sua imparcialidade do transcorrer da aula. Para embasar a pesquisa

---

<sup>8</sup> Vale ressaltar que a oficialização da profissão do tradutor e intérprete de LIBRAS ocorreu apenas em 2010.

com aspectos da realidade vivenciada por intérpretes educacionais de Língua de Sinais que atuam em escolas públicas de ensino fundamental e médio, buscou-se como metodologia de pesquisa de campo o uso de questionário para saber como é o dia a dia da escola dos profissionais TILS. Suas respostas e o embasamento teórico serão apresentados no capítulo a seguir.

## 4 METODOLOGIA DA PESQUISA

A pesquisa científica é importante para que os fatos sejam verificados e sua veracidade seja checada. Sendo assim, também é uma forma de conhecimento, no entanto, o que distingue conhecimento científico dos demais é "sua característica fundamental, a sua verificabilidade". (GIL, 2008, p.8). Autores como Gil (2008), Lakatos e Marconi (1992) demonstram a importância do trabalho científico como meio de buscar essa veracidade dos fatos. Desse modo, Lakatos e Marconi (1992, p.43) ainda afirmam que a pesquisa "pode ser considerada um procedimento formal com método de pensamento reflexivo que requer um tratamento científico", aí se dá sua importância para a sociedade em geral. E ainda, segundo Rampazzo (2011, p.51) a pesquisa "é um procedimento reflexivo, sistemático, controlado e crítico que permite descobrir novos fatos ou dados, soluções ou leis, em qualquer área do conhecimento".

A presente pesquisa tem como base a seguinte pergunta: "De que forma a atuação do TILS em sala de aula interfere no processo de ensino-aprendizagem do aluno surdo"? Para responder tal pergunta foi elencado como objetivo geral "discutir a atuação do TILS no processo de ensino-aprendizagem de alunos surdos na escola inclusiva".

Essa pesquisa é de abordagem qualitativa, em relação aos objetivos ela é exploratória, como procedimentos técnicos foram adotados a pesquisa bibliográfica com pesquisa de campo. Para coleta de dados, optou-se por utilizar como instrumento um questionário estruturado aplicado a intérpretes de LIBRAS que atuam no ambiente educacional.

Do ponto de vista da abordagem do problema, ela é uma pesquisa qualitativa, pois suas propriedades, segundo Pinheiro (2010, p. 20) "é a tentativa de uma compreensão detalhada dos significados e características situacionais apresentadas pelos entrevistados". Ainda sobre este assunto, Pinheiro (2010, p. 20) cita:

Argumenta-se que essa forma de pesquisa é aplicável para o levantamento de hipóteses e que seus métodos de coleta de dados e análise são apropriados para a pesquisa exploratória. Considera-se que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números.

Em relação à abordagem de pesquisa, optou-se pesquisa qualitativa, devido ao estudo de campo pretendido e os procedimentos adotados. Segundo Gil (2008, p.175) "a apresentação consiste na organização dos dados selecionados de forma a possibilitar a análise

sistemática das semelhanças e diferenças e seu inter-relacionamento". O fato de a apresentação poder ser constituída por textos que "permitem uma nova maneira de organizar e analisar as informações" (GIL, 2008, p.175).

Sobre os objetivos, essa pesquisa é qualificada como exploratória pois, segundo Gil (2008, p. 28) "as pesquisas exploratórias têm por finalidade desenvolver e esclarecer conceitos e ideias [...] e são desenvolvidas com o objetivo de proporcionar visão geral acerca de determinado fato", principalmente pelo fato de a presente pesquisa também enquadrar-se num "tema não tanto explorado". (GIL, 2008).

Segundo Rampazzo (2011, p. 55) a pesquisa bibliográfica "procura explicar um problema a partir de referências teóricas publicadas (em livros, revistas, etc)" e "sua finalidade é colocar o pesquisador em contato direto com aquilo que já foi escrito sobre determinado assunto". (LAKATOS E MARCONI, 1992, p.44).

Foi escolhida como instrumento de pesquisa para coleta de dados o uso de um questionário estruturado, devido às suas vantagens em relação aos itens:

- Economiza tempo, viagens obtém um grande número de dados.
- Atinge simultaneamente um maior número de pessoas.
- Obtém respostas mais precisas.
- Há maior liberdade nas respostas em razão do anonimato.
- Há menos riscos de distorção, pela influência do pesquisador.
- Há mais tempo para responder, e em hora mais favorável. (RAMPAZZO, 2002, p.117)

Para desenvolver tal pesquisa foi levantado como problema a atuação do intérprete educacional de Língua de Sinais e quais são os aspectos presentes em sua atuação no processo de aprendizagem do aluno surdo.

#### 4.1 INTRODUÇÃO SOBRE METODOLOGIA ADOTADA

A pesquisa do presente trabalho teve como base a busca por autores que falam sobre a temática do intérprete e sua atuação em sala de aula. Ela é de abordagem qualitativa, exploratória e, como procedimentos técnicos foram adotados a pesquisa de campo, optando-se por utilizar o instrumento em forma de questionário estruturado aplicado a profissionais intérpretes que atuam em escolas públicas de ensino fundamental e médio mediando a comunicação dos/para os alunos surdos no ambiente escolar.

A pesquisa foi realizada o mês de outubro de 2018 com intérpretes da rede pública de ensino fundamental e médio dos estados de São Paulo e Paraná. O questionário (Apêndice A) e carta de convite com termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE) (Apêndice B) foram enviados por e-mail para os participantes e, da mesma forma foram devolvidos respondidos por e-mail também.

No quadro abaixo, segue a descrição dos profissionais TILS que colaboraram com o questionário feito pelo pesquisador.

**Quadro 1 - Caracterização dos entrevistados**

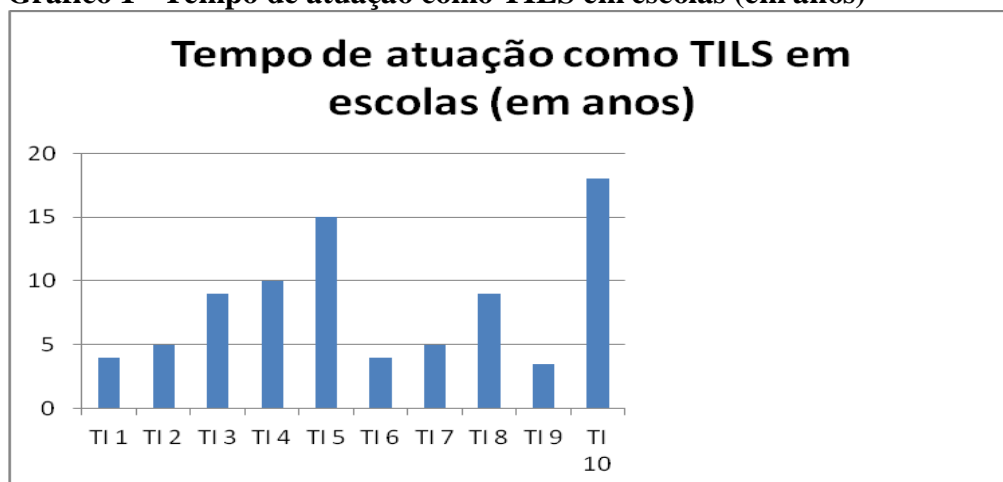
<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>SEXO</b>	<b>ESTADO DE ATUAÇÃO</b>	<b>FORMAÇÃO INICIAL EM LICENCIATURA<sup>9</sup></b>
TI 1	Feminino	PR	NÃO
TI 2	Feminino	SP	SIM
TI 3	Feminino	PR	SIM
TI 4	Feminino	PR	SIM
TI 5	Feminino	PR	SIM
TI 6	Feminino	SP	SIM
TI 7	Feminino	PR	SIM
TI 8	Masculino	PR	SIM
TI 9	Feminino	PR	SIM
TI 10	Masculino	SP	NÃO

Fonte: O Autor (2018)

<sup>9</sup> Dos participantes, TI 4 tem formação Bacharel em Letras LIBRAS como segunda graduação e TI 9 está cursando Licenciatura em Letras LIBRAS.



**Gráfico 1 - Tempo de atuação como TILS em escolas (em anos)**



Fonte: O Autor (2018)

Como constatado no quadro 1 e no gráfico 1, foram 10 profissionais intérpretes que responderam o questionário e que atuam como TILS educacional em escolas públicas de ensino fundamental e médio pelo tempo médio de 3 a 18 anos de experiência, são em maioria mulheres e que têm na licenciatura sua formação inicial.

O questionário contava com doze (12) perguntas, sendo duas (2) objetivas de múltiplas escolhas e dez (10) subjetivas para livre resposta. Os documentos foram enviados para quinze (15) intérpretes (foi feito um convite informal antes, se gostariam de participar e colaborar com a pesquisa). Após este primeiro contato informal e da resposta afirmativa em colaborar é que foi enviado o questionário e o TCLE por e-mail, formalizando assim a participação dos respondentes. Dos quinze (15) questionários enviados, dez (10) deles retornaram via e-mail com as respostas. Para preservar a identidade dos participantes, os e-mails respondidos foram organizados em ordem numérica (TI 1 a TI 10) para organizar melhor as respostas dos participantes. Vale ressaltar que as respostas foram escritas pelos próprios respondentes e foram transferidas para o texto em sua forma original.

As respostas foram classificadas em três (3) categorias, de acordo com o teor da pergunta para melhor distribuição dos dados coletados para este texto; dos quais são: 1) Competências necessárias e funções atribuídas; 2) Formação inicial e continuada e 3) O TILS em sala de aula. Nestas categorias, as perguntas abordavam questões que circulam o cotidiano do trabalho do profissional intérprete educacional de Língua de Sinais.

## 4.2 ANÁLISE DOS DADOS

A análise de dados levantou aspectos que tratam da atuação do profissional tradutor e intérprete de Língua de Sinais em escolas públicas de ensino fundamental e médio.

Um ponto muito discutido na educação dos surdos refere-se às competências e preparo dos intérpretes para o desempenho de sua função de forma a colaborar a contento com o processo de aprendizagem do aluno surdo em escolas regulares de inclusão, onde sua presença se faz muito necessária. No entanto, muitas vezes o TILS que vai atuar nas escolas, não possui preparo específico e “formações que associem ao caráter linguístico, os aspectos educacionais e de profissionalização no seu trabalho” para desempenhar sua função neste ambiente peculiar. (DORZIAT; ARAÚJO, 2012, p. 408).

Diante disso, o objetivo da análise de dados foi identificar os desafios da atuação do profissional TILS que atua em escolas públicas de ensino fundamental e médio, baseando-se na hipótese de que o tradutor intérprete de língua de sinais, por ser um profissional que atua diretamente com os alunos surdos em sala de aula, tem outras atribuições no processo de aprendizagem do aluno surdo que extrapolam a função comunicativa.

Nos questionários, de acordo com as categorias já apresentadas, foram ressaltados aspectos relacionados às competências necessárias para ser um bom profissional TILS educacional, as atribuições a ele conferidas em sala de aula, as diferenças de atuação do TILS no ambiente escolar para os outros contextos, aspecto da formação inicial e continuada para a atuação em escolas e as interferências deste no processo de aprendizagem do aluno surdo. Foram abordados também questionamentos sobre a proficiência e as estratégias de interpretação nos diferentes níveis da escolarização básica de um aluno surdo.

### 4.2.1 Categoria 1: Competências necessárias e funções atribuídas

Para ser um bom intérprete, ou seja, desempenhar bem a função comunicativa entre as partes, é necessário que o TILS adquira algumas competências das quais são: “1. competência linguística, 2. para transferência, 3. competência metodológica, 4. na área, 5. competência bicultural e 6. competência técnica” (QUADROS, 2007, p. 73-74). Sendo assim, espera-se que o profissional intérprete que atua em escola e está profundamente envolvido no processo de aprendizagem adquira e desenvolva porcentagem de cada uma dessas competências. Em

relação aos entrevistados, foi-se questionado quais delas é mais difícil de adquirir e/ou desenvolver.

A maioria dos intérpretes responderam que a competência linguística é a mais difícil de desenvolver (6 respostas assinaladas), seguida do empate entre as competências metodológica, bicultural e técnica (com 3 cada uma). Em contrapartida, as competências “para transferência” e “na área” não tiveram marcações. Essa amostragem revela que a competência linguística, ou seja, a primeira a ser desenvolvida para o ato tradutório ainda é considerada a mais difícil de adquirir. As respostas revelam uma parte da defasagem nos curso de formação do TILS para sua atuação profissional, sendo que esta competência deveria ter sido muito bem trabalhada na sua formação inicial e aperfeiçoada, juntamente com as outras competências esperadas.

**Quadro 2 - Competências tradutórias**

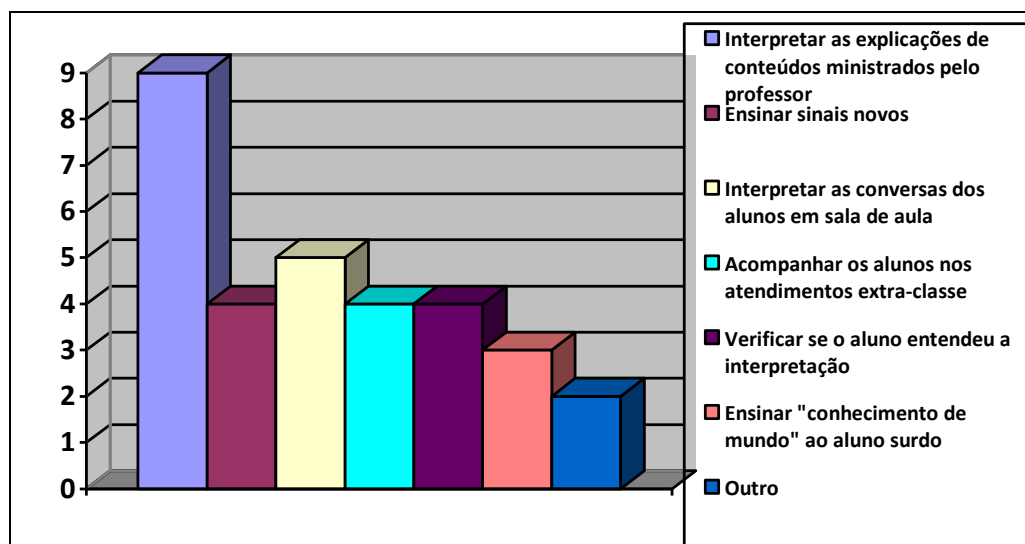
<b>COMPETÊNCIA</b>	
Linguística	6
Para transferência	0
Metodológica	3
Na área	0
Bicultural	3
Técnica	3

Fonte: O Autor (2018)

Após a análise das competências necessárias para o bom desempenho do TILS educacional, foi levantado também a questão das atribuições a ele conferidas em sala de aula e no ambiente escolar. A intenção da pergunta foi sondar como o intérprete se vê na sala de aula dentro do papel que lhe é cabido e o que pode-se entender com a expressão citada na legislação que diz “efetuar a comunicação entre” (BRASIL, 2010, art. 6º). O que seria esse “efetuar a comunicação”? Seria somente interpretar o que o professor diz? Percebeu-se que, além de interpretar as explicações dadas pelo professor da disciplina, o TILS educacional também precisa estar atento a outras questões da sala de aula para promover a inclusão do aluno surdo na comunicação e no espaço escolar. Além das funções descritas pelas obras oficiais e autores da área, uma função que foi levantada pelos respondentes do questionário

foi a função de “acompanhar o aluno em curso extra turno, proporcionando o envolvimento com outros surdos” (TI 2) e ainda “a sugestão de novas adaptações necessárias ao professor regente” (TI 3). Percepções estas que podem ser analisadas no gráfico 2:

**Gráfico 2 – Percepções dos entrevistados com relação às funções dos intérpretes**



Fonte: O Autor (2018)

Ainda sobre os papéis dos TILS em sala de aula e suas especificidades, foi questionado aos respondentes sobre a relação do perfil do ambiente educacional com o perfil deste mesmo intérprete em outros contextos, ou seja, as atribuições a ele conferidas na ambiência da sala de aula se diferem das atribuições esperadas por ele em outros contextos. Como pode-se observar na escrita de T9:

O intérprete em outros contextos repassa o conteúdo e finaliza o trabalho. O intérprete Educacional se preocupa com a aprendizagem do aluno, a interação do aluno surdo com seus pares, se está sendo claro o suficiente para a compreensão do mesmo, reforçar avisos importantes em fim se preocupa com a vida escolar do aluno.

Novamente percebeu-se a preocupação com o aprendizado do aluno surdo. As citações a seguir demonstram tal preocupação e o envolvimento do TILS com o aprendizado do aluno surdo como uma de suas atribuições em sala de aula:

é necessário acompanhar o rendimento deste. Já num contexto como palestras, audiências, consultas, e demais não deve haver intercorrência do profissional (TI 1) [...] na sala de aula o cunho é pedagógico (TI5) [...] precisa da verificação da

aprendizagem;” (TI 6) [...] o intérprete de LIBRAS educacional se difere de outros intérpretes que atuam em outros contextos, ele também é um educador. Mas não tem obrigação de ensinar conteúdos didáticos. (TI 7).

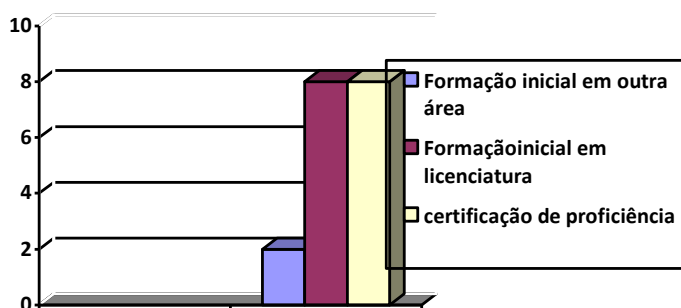
Dessa forma, fica mais evidente que as funções e o perfil do tradutor intérprete de Língua de Sinais é diferenciado daquele que atua em outros meios como empresas e palestras. No ambiente educacional, o TILS está envolvido com o real aprendizado do aluno surdo, sendo importante o conhecimento das competências necessárias para ser um bom profissional intérprete, esclarecendo quais as funções específicas deste na sala de aula. Porém, para desenvolver tais competências e saber seu real papel em sala de aula é preciso analisar como foi feita a formação desse sujeito até se tornar um intérprete educacional de Língua de Sinais, o preparando para tal exercício.

#### 4.2.2 Categoria 2: Formação inicial e continuada

De acordo com a legislação vigente, a formação inicial para ser um profissional intérprete na educação não exige curso específico em Letras LIBRAS (mostra-se apenas como uma das possibilidades) nem da obrigatoriedade da graduação em alguma licenciatura.

Em relação ao perfil profissional dos respondentes, dos 10 questionários recebidos, 2 deles são formados em fonoaudiologia, 3 em pedagogia, 3 licenciados em Letras Português-Inglês, 1 Bacharel em Letras LIBRAS e 1 está cursando Licenciatura em Letras LIBRAS. Destes 10, 6 tem pós-graduação na área da surdez, e 8 foram aprovados pela banca de proficiência Prolibras e apenas 2 não tem banca de proficiência, conforme mostra o gráfico 3 sobre a formação em Licenciatura e certificação em Banca de proficiência:

**Gráfico 3 - Formação profissional dos entrevistados**



Fonte: O Autor (2018)

Dessa forma, percebe-se que muitos dos intérpretes que estão atuando nas escolas têm sua formação na licenciatura, ou seja, formado para a prática pedagógica, e estão de fato comprometidos com o aprendizado do aluno surdo, visto que buscaram aperfeiçoamento em especialização e cursos de formação continuada e extensão. Fato este que pode ser percebido na resposta de TI 7:

O intérprete educacional é mais do que um mero intérprete, ele também é um educador. Então o processo é feito de maneira diferente: tem que conversar com esse professor e também não pode fazer as coisas por conta própria. Porém, ele deve fazer parte dessa educação. Então o intérprete arruma formas com professor de que o aluno compreenda a disciplina, ele faz parte sim desse aprendizado, ele interfere. Ele não deve fazer isso por si só, não deve ser de maneira sozinha “eu vou ensinar”, mas ele faz parte do processo. Ele deve comunicar o professor atuando junto com esse professor.

Sobre a relação da formação na certificação em banca de proficiência e a boa performance em sala de aula, Santos e Gurgel (2010, p. 54) apontam:

Cabe ressaltar porém, que este exame está direcionado para a seleção de pessoas fluentes e com conhecimento em LIBRAS, mas não necessariamente atento às questões educacionais e metodológicas, e certos problemas nesta esfera poderão acontecer. O fato de uma pessoa ser fluente em uma língua não o capacita consequentemente como um bom professor.

Mesmo não sendo obrigatório, constatou-se que grande porcentagem dos TILS buscam a formação em licenciatura ou vem da licenciatura para a atuação como TILS, trazendo melhores condições de atuação no âmbito pedagógico que o ambiente escolar exige. Sobre a questão da formação, o pesquisador acadêmico acredita que a formação em licenciatura traz um caráter mais “humano” ao trabalho do intérprete educacional de Língua de Sinais e retira um pouco a questão crua, ou puramente técnica do ato tradutório visto como o apenas versar de uma língua para outra. Diante disso, percebe-se que os entrevistados buscam, além da formação inicial e a certificação em banca de proficiência, uma capacitação constante para sanar a defasagem, buscar melhorar suas competências e ainda aprimorar seu desempenho no ato interpretativo com qualidade, envolvidos assim com o pedagógico em seu trabalho.

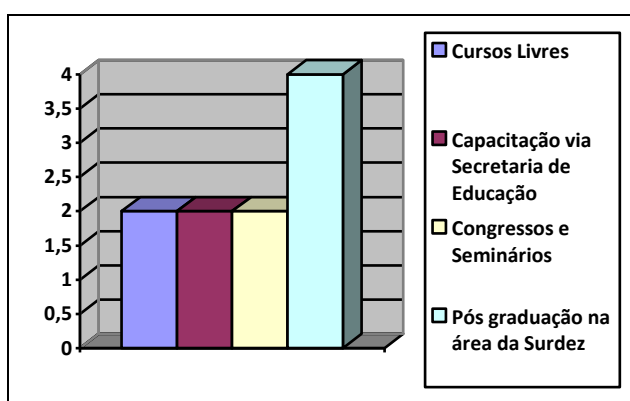
Quando questionados sobre quais aspectos da sua formação inicial contribuíram para a atuação em sala de aula, os respondentes afirmaram que as técnicas e práticas foram adquiridos com o passar das experiências diárias, através de cursos extras. Como exemplificam os trechos a seguir:

As técnicas e conhecimento fui adquirindo em cursos de formação continuada e encontros e conversas entre meus pares e colegas de profissão. (TI 3). [...]As questões de atuação dependem muito do público alvo (o aluno), precisando pesquisar mais e mais atingindo assim de forma individual a maneira de trabalhar em sala. (TI 6) [...]. Nenhum. Cultura Surda aprendi na convivência com surdos e metodologia aprendi com a percepção durante a atuação em sala de aula (TI 8) [...]as práticas vivenciadas e muito esforço. (TI 9).

Em relação a essa lacuna da formação para o preparo do TILS para sua atuação no ramo educacional, Almeida e Lodi (2014, p. 127) acrescentam que “o foco de atenção sempre esteve no ensino-aprendizagem da língua de sinais, como se este conhecimento bastasse para ser intérprete”. No entanto, sabe-se que muitas outras questões estão inseridas neste arcabouço para se tornar um intérprete educacional de LIBRAS.

Através do questionário também se percebeu que os intérpretes estão sempre em busca de aperfeiçoamento profissional, pois, em resposta à questão 7, os textos revelaram a busca constante por encontros em seminários, oficinas e especializações para se preparem melhor para seu trabalho em sala de aula. Sobre quais tipos de aperfeiçoamento foram buscados pelos respondentes, pode-se observar o gráfico 4:

**Gráfico 4 - Aperfeiçoamentos buscados pelos entrevistados**



Fonte: O Autor (2018)

Sendo assim, após a análise dos aspectos de formação inicial e continuada do profissional TILS em sala de aula é possível conhecer como se dá a postura deste em atuação junto ao professor regente da disciplina no processo de aprendizagem do aluno surdo.

### 4.2.3 Categoria 3: O TILS em sala de aula

Como o presente trabalho de pesquisa buscou discutir a atuação do TILS em sala de aula e analisando-o em sua atuação cidadã na esfera puramente técnica ou também no âmbito pedagógico. Os respondentes também manifestaram suas impressões acerca desta situação, que podem interferir de maneira positiva neste processo e, dependendo de alguns fatores pode ser negativa também. Conforme mostram as respostas, a figura do intérprete se dá de maneira positiva quando ele “está estabelecendo comunicação e condições de equidade, dando ao surdo o direito de participar sem restrição de todos os eventos que o ouvinte participa” (TI 8), e levando em consideração o trabalho técnico desenvolvido por ele através de uma boa língua de sinais, quando “a informação é passada de forma clara, autêntica e competente”. (TI 5).

Dessa forma percebeu-se o leque de possibilidades que a atuação do TILS em sala de aula pode favorecer no andamento do processo, atuando de forma a colaborar com o aprendizado do aluno surdo. Somente a presença do intérprete educacional de Língua de Sinais não garante o acesso do aluno surdo aos conteúdos e à comunicação estabelecida no ambiente escolar, ele precisa estar envolvido de forma a colaborar e participar de forma positiva no processo de aprendizagem. De acordo com os respondentes, isso pode ocorrer quando:

Quando o intérprete conhece da cultura surda e o histórico social do aluno, e pode fazer sugestões ao professor de como atingir o aluno, e quando sua interpretação é acessível ao aluno surdo. (TI 3) [...] Quando o TILS faz as melhores escolhas lexicais e o aluno retém o conteúdo (TI 4) [...] Quando a informação é passada de forma clara autêntica e competente (TI 5).

Não o bastante o contrário também pode acontecer visto que, a atuação do TILS em sala de aula também pode ser visto de forma negativa e isso pode ocorrer quando “quando ele não tem domínio linguístico nem cultural e dessa forma, não está preparado para estar no ambiente educacional trabalhando com alunos surdos”, (TI 3) e “quando o intérprete, não dá conta de passar o conteúdo de forma clara, por falta de conhecimento na área ou na língua, por falta de ética, ou formação” (TI 5).

Outra questão que o questionário apontou como forma negativa da atuação do intérprete educacional de Língua de Sinais é quando ele mantém sua postura de maneira assistencialista não promovendo autonomia do aluno surdo tornando-o dependente do intérprete e impedindo o desenvolvimento social pleno do aluno. O aluno surdo “não pode



ser dependente do intérprete na sala de aula, ao contrário, o trabalho do intérprete deve ser também de promover a autonomia e o espírito crítico do educando surdo levando ao pleno exercício de sua cidadania” (TI 8). Como também demonstra a escrita de TI 6: “alguns alunos tornam-se dependentes de seus intérpretes, estes profissionais esquecem que o aluno pertence á [sic] escola e quem não tem formação prejudica ainda mais”.

Quando indagados sobre a estratégia e postura de interpretação nos diferentes níveis do ensino básico, ou seja, o ensino fundamental para o ensino médio, os respondentes mostraram a dificuldade em interpretar para alunos que chegam no 6º ano sem vocabulário em Língua de Sinais e, em consequência disso com uma defasagem no aprendizado e no conhecimento de mundo, exigindo do intérprete uma postura diferenciada dos que estão no ensino médio.

Diante de todos os assuntos abordados, resolveu-se encerrar a pesquisa de campo com a seguinte pergunta: “Como o intérprete pode ser atuante na aprendizagem do aluno surdo sem interferir no processo?” As respostas apontaram para uma linha muito tênue que separa as duas ações: atuar e não interferir:

Sabendo bem do seu papel real e trabalhando em conjunto com o professor regente. Fazendo um trabalho de parceria, sem querer tomar o lugar do professor. (TI 3)[...] Em primeiro lugar deve ter uma formação pedagógica para entender a diferença entre a sua própria atuação e até onde vão os limites do professor. A formação pedagógica permite que eu me coloque no lugar do outro enquanto aluno e saiba entender em quais momentos eu devo ser simplesmente técnico um mediador em quais momentos eu devo exercer um papel muito próximo ao de um educador bilíngue. (TI 8).

As repostas dos participantes mostram que a diferenciação dos papéis em sala de aula ainda é algo a ser discutido e esclarecido, além de apontar a importância da formação pedagógica para elucidar estes papéis. Algumas literaturas apontam o conflito entre os papéis que exercem função em sala de aula rumo ao objetivo em comum, ou seja, o aprendizado do aluno surdo. A esse respeito Dorziat e Araújo (2012, p. 408) apontam:

As recorrentes atitudes que confundem e geram conflitos de papéis pedagógicos entre professores e intérpretes são, assim, fruto de um descompasso entre políticas que foram construídas a partir de ideias simplistas e ilusórias de inclusão, formações inadequadas e contextos escolares que se mantêm excludentes. Este descompasso contribui para invisibilizar as diferenças surdas em sala de aula e restringir os espaços de discussão sobre a construção dessa nova identidade profissional: o TILS.

Sendo assim, percebe-se que a sala de aula anda é um espaço para refletir e discutir como pode se conceber o processo de aprendizagem do aluno surdo.

## **5 RESULTADOS ALCANÇADOS**

A presente pesquisa teve como objetivo investigar a questão da atuação do tradutor e intérprete de Língua de Sinais no ramo educacional e suas especificidades.

O questionário foi levantado baseado na hipótese levantada no início da pesquisa em que o intérprete educacional de Língua de Sinais, por ser um profissional que atua diretamente com os alunos surdos em sala de aula, tem outras atribuições no processo de aprendizagem do aluno surdo que extrapolam a função comunicativa.

Através das respostas dos intérpretes no questionário elaborado, percebeu-se que a hipótese levantada foi confirmada em diversos trechos descritos pelos entrevistados; nas três categorias de perguntas os participantes se mostraram comprometidos com sua prática técnica (de conhecimento de vocabulário em sinais e das técnicas de interpretação) e também envolvidos com a prática pedagógica em suas ações, postura essa que precisa circular em sala de aula, tornando assim a comunicação clara e efetiva e assim oportunizando o aprendizado do aluno surdo.

Diante disso, o problema exposto pelo pesquisador foi: “quais são os aspectos presentes na atuação do TILS no processo de ensino-aprendizagem do aluno surdo?”. Validado no questionário respondido, muitas ainda são as lacunas na formação e nos papéis do intérprete educacional de Língua de Sinais envolvido no processo de aprendizagem do aluno surdo, participando da interação, porém, não intervindo na aula em si de maneira a tomar um papel que não é o seu, ou seja, o de ser professor do surdo.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O tema proposto e pesquisado foi de muita relevância para o crescimento pessoal do acadêmico, visto que há grande necessidade de mais discussões sobre a atuação do tradutor intérprete de Língua de Sinais no meio escolar, ambiente onde a presença deste vem sendo mais requisitado atualmente e que ainda mais pessoas tenham acesso a essas discussões para seu crescimento profissional enquanto TILS.

A proposição abordada nesta pesquisa trouxe a temática sobre a atuação do TILS em escolas públicas de ensino fundamental e médio, levantando a questão de sua atuação frente ao processo de aprendizagem do aluno surdo, colocando-o como um agente pedagógico neste processo inclusivo.

Para expor as considerações obtidas após a pesquisa do presente trabalho, é necessário retomar os objetivos iniciais que alavancaram este trabalho, dos quais foram: apresentar as atribuições do profissional TILS, elencar as especificidades relacionadas ao intérprete educacional e destacar a atuação do TILS como agente pedagógico no processo educacional é importante ressaltar que o aprofundamento das questões que trazem o profissional TILS para a sala de aula que se fizeram presentes neste trabalho. Tal pesquisa mostrou que, com o avanço da comunidade surda em todos os espaços da sociedade, fez com que o trabalho do intérprete fosse profissionalizado também no ambiente escolar. Porém ao atuar neste ambiente, houve a necessidade de se levantar a problemática de que, como participante do processo de aprendizagem do aluno surdo, repensando seu processo de formação enquanto o profissional intérprete educacional de Língua Brasileira de Sinais.

Embora a legislação não traga de forma clara a formação acadêmica para a especificidade da ambiência educacional, os autores pesquisados trouxeram a perspectiva de uma formação mais voltada para a atuação como tradutor e intérprete educacional de língua de sinais, onde pudessem ser abordados assuntos mais teóricos e técnicos da função TILS no espaço escolar.

Sobre a formação profissional do TILS, a pesquisa mostrou que a formação específica para tradutor e intérprete de Língua de Sinais através de graduação específica e da certificação em bancas de proficiência se faz necessário e relevante para padronizar a qualidade do TILS no exercício de sua função. Assim como as bancas de proficiência, os cursos de extensão também trouxeram suas contribuições para o aperfeiçoamento das competências e o

desempenho profissional do TILS. O conhecimento técnico não pode ser negligenciado pelo intérprete educacional de Língua de Sinais em sua atuação em sala de aula, sabendo que sua fluência e proficiência em Língua de Sinais e nos assuntos abordados em sala muitos contribuirão para atingir o aluno surdo em seus conhecimentos.

Autores trouxeram a importância da graduação em licenciatura para a formação do intérprete educacional de Língua de Sinais, pois a sua atividade está envolta intimamente com a parte pedagógica do processo de ensino-aprendizagem do aluno surdo, podendo assim trazer consigo a experiência das especificidades contidas no contexto educacional e inclusivo. Unindo a experiência técnica de bom domínio da Língua de Sinais e o conhecimento acadêmico para atuar em sala de aula, suas funções e as especificidades de sua atuação podem ser melhor elucidadas e trabalhadas.

Sobre a participação do TILS no processo de aprendizagem do aluno surdo, conclui-se que a parceria entre professor regente e intérprete educacional de Língua de Sinais é fundamental para o bom andamento do processo através do trabalho conjunto entre os dois, cada um desempenhando seu papel específico e sem invadir o espaço de atuação do outro profissional, porém elencando-o como agente pedagógico no ambiente educacional.

Sabendo desse importante envolvimento no processo educativo, concluiu-se de que a neutralidade na atuação do TILS também deve ser repensada, pois este não pode ficar à margem da construção do conhecimento nesta tríade envolvida no processo de ensino-aprendizagem do aluno surdo.

Neste sentido, após a pesquisa elaborada, pode-se concluir que o intérprete educacional de Língua de Sinais está envolvido no processo de aprendizagem do aluno surdo como participante efetivo e que sua tarefa não é fácil nem simples. No entanto, após análise das obras publicadas na construção deste trabalho e aferimento dos dados obtidos no questionário elaborado pelo acadêmico pesquisador, pôde-se concluir também que as ementas (sejam elas de curso livre de conhecimento da Língua de Sinais ou até mesmo de graduação em Letras LIBRAS) são insuficientes para formar o TILS para ser um intérprete educacional de Língua de Sinais qualificado e plenamente preparado para as demandas didático-pedagógicas, sendo necessários constantes cursos de aperfeiçoamento profissional.

Por este motivo deve-se levar mais em consideração sua formação entendendo que a atuação, não se delimita a uma atuação como um agente puramente técnico, mas também pedagógico. Sendo necessário atuar nas duas esferas em concomitância.

Assim, percebe-se que os objetivos foram alcançados e as hipóteses foram confirmadas visto que a partir da atuação do intérprete educacional de Língua de Sinais em escolas públicas de ensino fundamental e médio é que o aluno surdo tem seu direito de acesso aos conteúdos garantidos e disponibilizados.

É preciso desmistificar a ideia de que “qualquer pessoa sinalizante” pode ser intérprete na escola, ou que ser intérprete na escola, na educação básica é mais fácil. É preciso ter constante análise e reflexão sobre o papel deste, devendo ser priorizado o estudo contínuo deste profissional.

Não houve a pretensão de se esgotar o assunto, visto que o tema em questão é amplo e necessário. Portanto, ainda há muito o que se pesquisar frente aos incontáveis desafios.

Para tanto, outros questionamentos se levantam, tais como: é mais fácil para o intérprete atuar na escola do que em outros ambientes? Como deve ser o trabalho de formação inicial e continuada do profissional TILS para atuar como intérprete educacional? Quais disciplinas e pensadores devem ser estudados para que após a formação, o trabalho do TILS educacional seja sempre de qualidade? Assim o aluno surdo será favorecido em seu processo de aprendizagem.

Que tais questionamentos inspirem a outros para a pesquisa sobre o tema e que mais textos e autores sejam explorados a fim de que tais perguntas sejam respondidas.

## REFERÊNCIAS

ALBRES. Neiva de Aquino. **Intérprete Educacional**: políticas e práticas em sala de aula inclusiva. São Paulo: Harmonia, 2015.

ALMEIDA, Elomena Barbosa; LODI, Ana Claudia B. Formação de intérpretes de LIBRAS- Língua Portuguesa: reflexões a partir de uma prática formativa. *In* ALBRES, N.A.; NEVES, S.L.G. (orgs) **LIBRAS em Estudo**: formação de profissionais. São Paulo: FENEIS, 2014. p. 109-130.

AMPESSAM, João Paulo; GUIMARÃES, Juliana Souza Pereira; LUCHI, Marcos. **Intérpretes educacionais de LIBRAS**: orientações para a prática profissional. Florianópolis: DIOESC, 2013.

BRASIL. **Lei nº 9.394/1996**. Lei de Diretrizes e Bases. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9394.htm)>. Acesso em: 13 out. 2018.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 10.098/2000**. Lei de acessibilidade. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 20 dez. 2000. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L10098.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L10098.htm)>. Acesso em: 02 out 2018.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 10.436/2002**. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 25 abril. 2002. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/2002/L10436.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2002/L10436.htm)>. Acesso em: 02 out. 2018.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 5.296/04**. Regulamenta a Lei nº 10.048, de 08 de novembro de 2000, que versa sobre o atendimento para pessoas com necessidades especiais. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 03 dez. 2004. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2004/Decreto/D5296.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Decreto/D5296.htm)>. Acesso em: 15 out.2018.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005**. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 23 dez. 2005. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5626.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5626.htm)>. Acesso em: 02 out. 2018.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 12.319/2010**. Regulamenta a profissão de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais. - LIBRAS. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 03 set. 2010. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/lei/112319.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/112319.htm)>. Acesso em: 16 out. 2018.

\_\_\_\_\_. **Cartilha do Censo 2010** – Pessoas com Deficiência. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR) / Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência (SNPD) / Coordenação-Geral do Sistema de Informações sobre a Pessoa com Deficiência. Brasília, 2012.

\_\_\_\_\_. **Projeto de lei nº 9382/17**. Regulamenta a profissão de tradutor, guia-intérprete e intérprete de LIBRAS. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2166>> Acesso em: 16 out. 2018.

CERNY, Roseli Zen; VILHALVA, Shirley. A gestão pedagógica nos cursos de Letras LIBRAS. In: QUADROS, Ronice M. de. (org). **Letras LIBRAS: ontem, hoje e amanhã**. Florianópolis: Ed da UFSC, 2014.

DORZIAT, Ana; ARAUJO, Joelma Remígio de. O intérprete de Língua de Sinais no contexto da educação inclusiva: o pronunciado e o executado. **Rev. Bras. Ed. Esp.**, Marília, v.18, n.3, p. 391-410, jul/set., 2012.

FEBRAPILS. **Código de Conduta Ética**. Brasília, Federação Brasileira das Associações dos profissionais tradutores e intérpretes e guia intérpretes de língua de sinais, 2014. Disponível em: <<http://febrapils.org.br/documentos>>. Acesso em 27nov.2018.

FERNANDES, Sueli. **Educação de surdos**. 2. ed. Curitiba: Ibepex, 2011.

GESSER, Audrei. **Interpretar ensinando e ensinar interpretando**: posições assumidas no ato interpretativo em contextos de inclusão para surdos. Cad. Trad., Florianópolis, v. 35, nº especial 2, p. 534-556, jul-dez., 2015.

\_\_\_\_\_. **LIBRAS? Que língua é essa?**: crenças e preconceitos em torno da Língua de Sinais e da realidade surda. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2008.

KELMAN, Celeste, Azulay. **Os diferentes papéis do professor intérprete**. Rev. Espaço., INES, v.24, p. 25-30. 2005. Disponível em [https://www.researchgate.net/publication/242604012\\_Os\\_diferentes\\_papeis\\_do\\_professor\\_inteprete](https://www.researchgate.net/publication/242604012_Os_diferentes_papeis_do_professor_inteprete). Acesso em 27 nov. 2018.

LACERDA, C.B.F. O intérprete educacional de Língua de Sinais no Ensino Fundamental: refletindo sobre limites e possibilidades. In: LODI, A.C.B; HARRISON, K.M.P; CAMPOS, S.R.L; TESKE, O.(orgs). **Letramento e minorias**. 2. ed. Porto Alegre: Mediação, 2003. p. 120-128.

\_\_\_\_\_. **Intérprete de LIBRAS**: em atuação na educação infantil e no ensino fundamental. Porto Alegre: Mediação/FAPESP, 2009.

\_\_\_\_\_; BERNARDINO, B. M. O papel do intérprete de Língua de Sinais nas etapas iniciais de escolarização. In: LACERDA, C. B. F; LODI, A.C.B. (orgs). **Uma escola, duas línguas**:

Letramento em Língua Portuguesa e Língua de Sinais nas etapas iniciais de escolarização. 2. ed. Porto Alegre: Mediação, 2010. p.65-80.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia do trabalho científico**: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos. 4.ed. São Paulo: Atlas, 1992.

LODI, A.C.B; LUCIANO, R. de T. Desenvolvimento da linguagem de crianças surdas em língua brasileira de sinais. In: LACERDA, C. B. F; LODI, A.C.B. (orgs). **Uma escola, duas línguas**: Letramento em Língua Portuguesa e Língua de Sinais nas etapas iniciais de escolarização. Porto Alegre: Mediação, 2009. p.33-50.

PINHEIRO, José Maurício dos Santos. **Da iniciação científica ao TCC**: uma abordagem para os cursos de tecnologia. Rio de Janeiro: Editora Ciência Moderna Ltda., 2010.

QUADROS, Ronice Müller de. **Educação de Surdos**: a aquisição da linguagem. Porto Alegre: Artmed, 1997.

\_\_\_\_\_. **O tradutor e intérprete de Língua Brasileira de Sinais e língua portuguesa**. 2.ed. Brasília: MEC; SEESP, 2007.

\_\_\_\_\_; KARNOPP, Lodenir B. **Língua de Sinais brasileira**: estudos linguísticos. Porto Alegre: Artmed, 2004.

QUADROS, Ronice Müller de *et al.* **Exame Prolibras** . Florianópolis, Universidade Federal de Santa Catarina, 2009. Disponível em: <[http://www.proLIBRAS.ufsc.br/files/2015/08/livro\\_proLIBRAS.pdf](http://www.proLIBRAS.ufsc.br/files/2015/08/livro_proLIBRAS.pdf)>. Acesso em: 12 out. 2018.

RAMPAZZO, Lino. **Metodologia Científica para alunos dos cursos de graduação e pós-graduação**. 6.ed. São Paulo: Edições Loyola, 2011.

SANDER, Ricardo. Questões do intérprete da Língua de Sinais na universidade. In: LODI, A.C.B; HARRISON, K.M.P; CAMPOS, S.R.L; TESKE, O.(orgs). **Letramento e minorias**. 2. ed. Porto Alegre: Mediação, 2003, p. 129-135.

SANTOS, L.F dos; GURGEL, T. M. do A. O instrutor surdo em uma escola inclusiva bilíngue. In: LACERDA, C. B. F; LODI, A.C.B. (orgs). **Uma escola, duas línguas**: Letramento em Língua Portuguesa e Língua de Sinais nas etapas iniciais de escolarização. 2.ed. Porto Alegre: Mediação, 2010. p.51-64.

SOARES, Naiara Greice. **Intérprete educacional de LIBRAS**: Afirmações e conflitos da profissão. 146 p. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da Fronteira Sul, Programa de Pós-Graduação Profissional em Educação. Erechim, 2018. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/190991>>. Acesso em 27 nov.2018.

STROBEL, Karin. **As imagens do outro sobre a cultura surda**. Florianópolis: Ed da UFSC, 2008.



WEININGER, Markus Johannes. **Elementos prosódicos e a importância do contato visual entre clientes surdos e ouvintes na interpretação simultânea de LIBRAS.** Comunicação no 5º Congresso Nacional de pesquisas em tradução de LIBRAS e língua portuguesa. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/174542>>. Acesso 28 out. 2018

## APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO

Nome do participante: \_\_\_\_\_

De acordo com sua experiência em atuar na sala de aula, responda as questões a seguir:

1. Há quanto tempo você trabalha como intérprete em escola?  
\_\_\_\_\_
2. Das competências abaixo descritas, quais delas você julga mais difíceis de se adquirir ou desenvolver?  
 Competência linguística  
 Competência para transferência  
 Competência metodológica  
 Competência na área  
 Competência bicultural  
 Competência técnica
3. Das atribuições abaixo descritas, quais delas você exerce diariamente em seu trabalho?  
 Interpretar as explicações de conteúdos ministrados pelo professor.  
 Ensinar sinais novos.  
 Interpretar as conversas dos alunos em sala.  
 Acompanhar o aluno nos atendimentos extra-classe ( como ir à secretaria, biblioteca, etc).  
 Verificar se o aluno entendeu a interpretação.  
 Ensinar “conhecimento de mundo” ao aluno surdo.  
 Outro: \_\_\_\_\_
4. Quais as diferenças entre os papéis do TILS numa sala de aula e os papéis deste mesmo TILS em outros contextos?  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_
5. Qual sua formação para atuar como TILS em escola?  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_
6. Quais aspectos da sua formação como TILS preparou você para atuação na sala de aula?  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_
7. Quando foi o último curso de aperfeiçoamento na área que você participou? Em qual instituição?  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_
8. Em quais momentos que a atuação do TILS em sala de aula interfere de forma positiva no aprendizado do aluno surdo?  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

9. E em quais momentos que a atuação do TILS em sala de aula interfere de forma negativa no aprendizado do aluno surdo?

---

---

10. Quais as diferenças mais gritantes entre atuar como TILS no 6º ano do ensino fundamental e no 3º ano do ensino médio?

---

---

11. Em quais circunstâncias a falta de proficiência do intérprete compromete o aprendizado do aluno surdo?

---

---

12. Como o intérprete pode ser atuante na aprendizagem do aluno surdo sem interferir no processo?

---

---

## **APÊNDICE B – CARTA CONVITE (TCLE)**

Prezado Colega de Profissão TILS,

Gostaria de convidá-lo a participar de minha pesquisa de Trabalho de Conclusão de Curso, intitulado “O tradutor intérprete de Língua de Sinais em escolas públicas de ensino fundamental e médio tem atuação técnica ou pedagógica?”.

Esta pesquisa está sendo realizada por mim, acadêmico do curso Bacharel em Letras LIBRAS, juntamente com minha orientadora Rachel Sutton-Spance da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

O objetivo deste estudo é identificar as atribuições, competências e o escopo de práticas do profissional TILS que atua em sala de aula, fazendo a distinção de seu papel no espaço escolar, analisando qual a formação necessária, se seu trabalho se dá na esfera técnica ou pedagógica e diante disso, como se dá o processo de aprendizagem do aluno surdo nesse contexto de tríplice envolvimento (professor-intérprete-aluno).

Para isto solicitamos sua especial colaboração na participação da pesquisa, respondendo a um questionário sobre sua experiência prática. Sua participação é muito importante e é voluntária. Você poderá se recusar a participar ou a não responder algumas das questões a qualquer momento, não havendo nenhum prejuízo pessoal se esta for a sua decisão.

O tempo médio para responder as perguntas é de 15 minutos. As informações obtidas através dessa pesquisa serão confidenciais e asseguramos o sigilo sobre sua participação nesse estudo.

Agradeço seu tempo para concluir este questionário. Se você tiver alguma dúvida sobre a pesquisa, entre em contato no endereço eletrônico [cesargirke@hotmail.com](mailto:cesargirke@hotmail.com)

Atenciosamente,

César Augusto Girke  
Acadêmico em Bacharel em Letras LIBRAS.